



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

Luane de Sousa Brandão dos Reis

**PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES A PARTIR DE
ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL DE CARÁTER RELIGIOSO: um estudo de
caso do Clube de Desbravadores**

CACHOEIRA-BA

2018

LUANE DE SOUSA BRANDÃO DOS REIS

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES A PARTIR DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL DE CARÁTER RELIGIOSO: um estudo de caso do Clube de Desbravadores

Trabalho apresentado ao Colegiado do Curso de Serviço Social, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Eduardo Alves.

Co-orientadora: Prof. Mestre Tainara de Jesus Souza.


CACHOEIRA-BA
2018

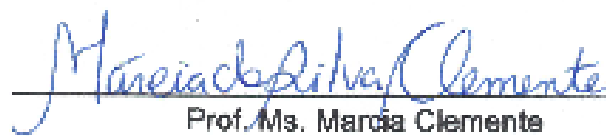
LUANE DE SOUSA BRANDÃO DOS REIS

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES A PARTIR DE
ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL DE CARÁTER RELIGIOSO: UM ESTUDO DE
CASO DO CLUBE DE DESBRAVADORES

Cachoeira – BA, aprovada em 07 de Maio de 2018.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Antônio Eduardo Alves de Oliveira
(Orientador – UFRB)


Prof. Ms. Marcia Clemente
(Membro Interno – UFRB)


Prof. Ms. Tainara de Jesus Souza
(Membro Externo - FACEMP)

AGRADECIMENTOS

*“Jesus, te agradeço
Eu te agradeço
Te agradeço
Por tudo o que tens feito
Por tudo o que vais fazer
Por tuas promessas e tudo o que és
Eu quero te agradecer
Com todo o meu ser
Te agradeço, meu Senhor.”*

A Deus em primeiro lugar, agradeço imensamente pelo dom da vida, e por ter me proporcionado chegar até aqui, sempre me conduzindo com as devidas lições de amor e compaixão.

Aos meus pais, José Correia e Luciane Reis, que me amaram antes mesmo que eu existisse, e que estiveram ao meu lado nas horas mais difíceis e felizes, por toda dedicação e paciência contribuindo diretamente para que eu pudesse ter um caminho mais fácil e prazeroso durante esses anos. Muitas das vezes abdicando de fazer coisas para si, para se dedicar a mim, obrigada por terem me ensinado todos os valores éticos e morais que carrego comigo. Sou grata por não hesitarem em me apoiar mostrando que obstáculos existem para serem superados. A minha eterna gratidão aos meus pais. Meu amor por vocês é inestimável!

Ao meu namorado, Gabriel Estrela, pela paciência nesse período de correria, obrigada por em nenhum momento deixar eu me abalar e desistir (porque vontade não faltou *rsrs*). Obrigada por ter entendido os momentos em que estive ausente, obrigada por aguentar minhas crises de choro e por fazer de tudo para me animar, me incentivando a cada dia, me dando força para eu prosseguir. Obrigada amor, NEQTAS!!

A toda família, Brandão e Reis, que sempre me acolheram, e sempre se prontificaram a me ajudar em qualquer coisa que eu precisasse. Aos meus avós, primos, primas, tios e tias. Obrigada por tudo, amo vocês.

Agradeço a todos os meus amigos, os de longa data, e os que conquistei durante esse percurso, os que estão por perto e vejo com frequência, como também aqueles que estão longe, tendo anos sem vê-los, vocês fazem parte disso, obrigada por de alguma forma estarem presentes nesta jornada, sempre me apoiando, mesmo nas dificuldades, sempre dando aquele incentivo, aquele

empurrãozinho para que eu subisse mais um degrau dessa vida. Obrigada seus lindos.

A Dona Joselita Rodrigues do Ouro (*in memoriam*), agradeço pela oportunidade de ter tido em conviver com essa grande pessoa, uma mulher de garra, uma mulher que abdicou de sua vida pessoal em prol da vida de inúmeras crianças e adolescentes, que abria as portas de sua casa, para nos receber, nos incentivando a crescer e a cada dia buscar mais, nos impulsionando a andar sempre a segunda milha. Prepara-te!

Aos meus queridos e irmãos de Lenço, a Grande Família do Lenço Amarelo. Acreditem, tem um pedacinho de cada um de vocês aqui. Eu agradeço imensamente a todos vocês, que contribuíram para eu ser quem sou hoje, em especial ao meu querido Clube “Garimpeiros do Saber”, levarei sempre comigo cada experiência, cada aprendizado, cada momento que vivi com essa galerinha que o sangue não corre nas veias, marcha em cadência acelerada. MARANATA!

Agradeço a dedicação dos professores, a disposição e discussões teóricas que auxiliaram para que eu pudesse refletir sobre meus conceitos, que acompanharam minha jornada enquanto estudante e foram de grande importância à minha formação como profissional e, além disso, me enriqueceram como pessoa.

Aos meus orientadores, sou muito grata por ter sido orientada por vocês. Ao professor, Doutor Antônio Eduardo, um grande professor e grande pessoa, muito obrigada, pela ajuda que forneceu para que este trabalho fosse concluído com êxito. A querida professora Mestra Tainara Souza, muito obrigada por ter sido atenciosa, pela compreensão, por suas correções minuciosas, pareceres e pelas dicas de grande valor para a conclusão do trabalho.

A querida professora Mestra Márcia Clemente pelo carinho de sempre, por ter sido uma excelente supervisora acadêmica no período de estágio, e obrigada por ter aceitado o convite de fazer parte da banca avaliadora.

Sou muito grata a todas as pessoas que fazem parte do meu ciclo de convivência que contribuíram direta ou indiretamente com meu crescimento, não teria como citar um por um aqui, mas todos sabem o tamanho de minha gratidão em tê-los em minha vida. Meus sinceros agradecimentos à todos vocês.

“Que todo o meu ser louve ao Senhor, e que eu não esqueça nenhuma das suas bênçãos!” Salmos 103:2.

HEI DE VENCER!

*Hei de vencer! A vida é uma jornada
Onde o enfraquecer é covardia,
Hei de vencer! Eu sinto nesta estrada,
Invencível vontade que me guia
A toda essa caudal encapelada
Hei de opor uma heróica rebeldia,
Porque trago minh'alma encouraçada
Para vencer, galharda, esta porfia
Hei de vencer! Quem vive de ideais
Não retrocede às bruscas investidas
Das intempéries cegas e brutais
Apoio-me nesta ânsia de querer
E se a vida tivesse muitas vidas,
Eu haveria, em todas, de vencer!
(Apolinário de Sousa)*

RESUMO

A pergunta norteadora desse trabalho é “Como o Clube de Desbravadores contribui com a proteção social de crianças e adolescentes?”, e na intenção de respondê-la teve como objetivo analisar a contribuição desempenhada pelo Clube de Desbravadores. A pesquisa pretende explorar as especificidades das ações do Clube de Desbravadores. Inicialmente é feito um breve histórico dos desafios enfrentados pelas Políticas de Proteção a Infância e Adolescência, antes e após o Estatuto da Criança e do Adolescente. No decorrer do trabalho é apresentada a relação que existe entre o Estado e a Sociedade Civil no que tange a Proteção Social, como também traz conceitos do Terceiro Setor, no que diz respeito a entidades da sociedade civil em especial as de cunho religioso. Sobre a metodologia empregada, foi feito uso da técnica de entrevista semi-estruturada, realizada com 48 pessoas em seis municípios diferentes. Para análise das entrevistas utilizou-se a análise de discurso. Ademais, foram utilizadas também as pesquisas bibliográfica e documental. Conclui-se com a apresentação específica do Clube de Desbravadores, suas atividades, seu funcionamento, dialogando com os resultados adquiridos por meio da pesquisa, marcando assim pontos positivos direcionados ao Clube, que por meio da sua atuação possibilita mudanças sociais.

Palavras-chave: Proteção Social; Clube de Desbravadores; Criança e Adolescente.

ABSTRACT

The guiding question for this work is "How does the Pathfinder Club contribute to the social protection of children and adolescents?", And its intention was to analyze the contribution made by the Pathfinder Club. The research intends to explore the specificities of the Pathfinder Club actions. Initially, a brief history of the challenges faced by Child and Adolescent Protection Policies before and after the Child and Adolescent Statute is made. In the course of the study, the relationship between the State and Civil Society in relation to Social Protection is presented, as well as the concepts of the Third Sector in relation to civil society entities, especially those of a religious nature. Regarding the methodology employed, a semi-structured interview technique was used, carried out with 48 people in six different municipalities. For analysis of the interviews the discourse analysis was used. In addition, bibliographical and documentary research was also used. It concludes with the specific presentation of the Pathfinder Club, its activities, its functioning, dialoguing with the results acquired through the research, thus marking positive points directed to the Club, which through its action makes possible social changes.

Keywords: Social Protection; Pathfinder Club; Child and teenager.

LISTA DE SIGLAS

CA – Criança e Adolescente
CD – Clube de Desbravadores
CF – Constituição Federal
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social
DBV - Desbravador
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
IASD – Igreja Adventista do Sétimo Dia
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONG – Organização Não Governamental
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PPS – Política de Proteção Social
PS – Proteção Social
SAM – Serviço de Assistência ao Menor
SC - Sociedade Civil
SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
TS – Terceiro Setor

LISTA DE ORGANOGRAMA, FIGURAS E GRÁFICOS

ORGANOGRAMA 01-Representação do Clube de Desbravadores Mundialmente..	33
ORGANOGRAMA 02-Representação do Clube de Desbravadores Local.....	34
FIGURA 01 - Sexo – Idade – Estado Civil	39
GRÁFICO 01- Escolaridade.....	40
GRÁFICO 02 - Conhecimento sobre trajetória dos direitos das crianças e dos adolescentes.....	41
GRÁFICO 03 -Tem filho Desbravador.....	50
GRÁFICO 04 - Como conheceu o Clube de Desbravador.....	52
GRÁFICO 05 - Tempo que fez parte do Clube de Desbravadores.....	53
GRÁFICO 06 - Cargos exercidos no Clube de Desbravadores.....	54
GRÁFICO 07 - Participação em outros projetos com crianças e adolescentes	57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 POLÍTICAS DE PROTEÇÃO A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL	14
1.1 Estado e Sociedade Civil	14
1.2 Proteção Social no Brasil: breves considerações sobre o histórico e desafios na atualidade.....	16
CAPÍTULO 2 RELIGIÃO E FAMÍLIA: RELAÇÃO DE PROTEÇÃO.....	25
2.1 Terceiro Setor.....	25
2.2 Entidades Religiosas.....	28
CAPÍTULO 3 CLUBE DE DESBRAVADORES.....	30
3.1 Breve histórico.....	30
3.2 Estrutura e funcionamento.....	33
3.3 Dialogando com os entrevistados.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
APÊNDICE.....	68
ANEXO.....	76

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de observações, vivências e análises e tem por finalidade discorrer sobre o papel que Entidades da Sociedade Civil de caráter religioso, especificamente o Clube de Desbravadores, desempenham na Proteção Social das crianças e dos adolescentes, verificando se as medidas adotadas pela entidade de fato contribui com essa proteção. A importância desse estudo surgiu a partir da necessidade de conhecer e entender as inovações ocorridas na Política de Proteção Social à criança e ao adolescente, a partir da CF/88 (art. 227), haja vista que o compromisso de protegê-los não é mais responsabilidade exclusiva da família, sendo esse compromisso também do Estado e da Sociedade Civil.

Existem diversas instituições que trabalham, em parceria com os pais, no cuidado dos adolescentes, dentre essas instituições, nosso estudo tem como foco o Clube de Desbravadores. O Clube de Desbravadores é um movimento mundial, organizado e dirigido pela Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD), destinado especialmente à crianças e adolescentes de 10 a 15 anos, ajudando e ensinando-os a trabalhar a área física, mental e espiritual.

O Clube de Desbravadores tem uma longa trajetória histórica e sua identidade é definida pela sua filosofia, objetivos prioritários e símbolos, os quais serão abordados mais adiante. Segundo o Manual Administrativo do Clube de Desbravadores (2013), o Clube de Desbravadores foi oficializado em nível mundial no ano de 1950 pela Associação Geral da IASD. Desenvolvendo-se com a ideia de educar e contribuir para a formação do caráter, ensinando prontidão, limpeza, destreza física, mental, espiritual e serviço à comunidade, não fazendo distinção de raça, crença ou classe social. Com essa premissa, considerou-se relevante realizar esse estudo, para que se tenha uma visão voltada para os Clubes de Desbravadores e o seu papel na comunidade.

A pesquisa foi desenvolvida através da coleta de dados por meio de entrevistas que foram realizadas com pessoas de comunidades que têm a presença do Clubes de desbravadores para o conhecimento de sua perspectiva em relação ao trabalho dos mesmos. Para análise das entrevistas lançamos mão da análise do discurso

A análise do discurso se constitui um instrumento metodológico das ciências humanas, e também é definido como uma ciência, que se baseia em uma

interpretação do texto buscando os seus elementos ideológicos. Mais do que uma construção linguística e simbólica a análise do discurso visa identificar o contexto social, político e ideológico que está como pano de fundo para elaboração de um texto, narrativa ou fala. O significado do discurso é condicionado pela leitura do receptor e, no entanto sua finalidade é transmitir uma mensagem que alcance o objetivo do interlocutor, mesmo que esse dependa da interpretação do receptor. De acordo com Eni Puccinelli Orlandi “os interlocutores, o contexto social ideológico definem as condições de produção do discurso” (ORLANDI, 2001, p. 18).

Ao analisar as entrevistas através desse método buscamos compreender a construção dos significados em que se pautaram os sujeitos que buscam desenvolver em sua maioria uma mensagem discursiva que visa legitimar o Clube de Desbravadores como um espaço ideal para a construção e promoção de valores que favorecem o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Outras estratégias de pesquisa que lançamos mão nesse trabalho foram a pesquisa de campo e a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa de campo foi realizada através de entrevistas em seis diferentes municípios que tem a presença do Clube de Desbravadores. A pesquisa de campo corresponde à observação, coleta, análise e interpretação de fatos, fenômenos e dados que ocorrem dentro de seus espaços, cenários e ambientes de vivência e visa extrair dados e informações diretamente da realidade do objeto de estudo.

Já a pesquisa bibliográfica e documental engloba todos os trabalhos acadêmicos desenvolvidos, ela é feita através do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites, que possibilitam a inteiração do pesquisador com o assunto a ser desenvolvido. Assim busca-se “referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta” (FONSECA, 2002, p. 32).

Desta forma foi feito inicialmente a revisão bibliográfica, de livros, artigos e documentos, a fim de construir o embasamento teórico. Longe de esgotar o tema, o que se objetivou com esse trabalho foi contribuir com o processo de construção do conhecimento em relação ao tema elencado.

No primeiro capítulo discorreremos sobre a relação do Estado com a sociedade civil e explanamos um breve histórico da proteção social no Brasil para

então traçarmos os rumos das políticas de proteção social voltadas para crianças e adolescentes. Assim, mostramos as mudanças geradas pela promulgação do ECA que veio garantir um conjunto de direitos civis, sociais, econômicos e culturais para as crianças e adolescentes. Já no segundo capítulo, buscamos contextualizar o terceiro setor e o papel das entidades religiosas vinculadas às famílias para a promoção da proteção social.

Por fim no terceiro capítulo elaboramos um breve histórico da formação do Clube de Desbravadores e sua organização institucional e depois nos debruçamos nas entrevistas que são analisadas a partir dos significados que o Clube de Desbravadores tem para a comunidade, as famílias e os indivíduos que fizeram parte deste.

CAPÍTULO 1 POLÍTICAS DE PROTEÇÃO A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

1.1 Estado e Sociedade Civil

Para melhor entendimento do assunto faz-se necessário percorrer sobre algumas nomenclaturas, e neste item iremos explanar sobre os conceitos de Estado e Sociedade Civil.

Parafrazeando Baiardi (1996) o conceito de Estado não é estático, Estado não é um conceito Universal, o Estado serve para indicar e descrever uma forma de ordenamento político, em sua trajetória histórica encontra-se diversas formas/estágios de Estado; o Estado para a feudal no século XV, seguido pelo Estado e sociedades por categorias nos séculos XVI e XVII.

Durante a democratização brasileira, a sociedade civil surgiu como um conceito relacionado à sua nova forma tripartite e expressou a nova concepção de maneira particular: atrelou o surgimento do conceito ao processo de reconstituição dos laços sociais pelos pobres da América Latina (OXHORN, 1995; ALVAREZ, DAGNINO & ESCOBAR, 1998; AVRITZER, 1994).

Uma sociedade é um conjunto de pessoas com certas características e que têm objetivos em comum. Civil, por sua vez, é aquilo que se associa a um cidadão. A ideia de sociedade civil, deste modo, diz respeito ao agrupamento de indivíduos que desenvolvem alguma atividade.

Em pesquisas realizadas em páginas da web, foram encontrados algumas definições de sociedade civil, e para o site *conceito.de* (2014), considera-se sociedade civil o grupo de cidadãos, que desenvolvem ações para incidir na esfera pública, podendo afirmar que “funciona de forma autónoma relativamente ao Estado, organizando-se de forma independente e voluntária”. E ainda de acordo com o site existe uma definição de sociedade civil que é utilizada pelos os profissionais de direito:

No contexto do direito, a sociedade civil é o contrato que estabelecem dois ou mais indivíduos, assumindo a obrigação de colocar certos recursos em comum para a criação de uma pessoa jurídica que não possui um carácter exclusivamente comercial [...] (CONCEITO.DE, 2014).

Montaño e Duriguetto no seu livro “Estado, Classe e Movimento Social” (2011), ao tratar sobre a definição e diferença de Estado e Sociedade Civil, recorrem a uma analogia que Nicolau Maquiavel usa para Estado, referenciando-o como sendo o “príncipe”, desempenhando o papel de repressão e que mantém o consenso, desenvolvendo o poder político, estabelecendo as leis, assim regulamentando as leis e mantendo a ordem social. Já a Sociedade é colocada como um espaço privado no qual a população desenvolve suas atividades, construindo suas famílias, sendo que nesse espaço o “príncipe” que é o Estado, não pode interferir.

A Sociedade Civil é uma organização em que são desenvolvidas relações de interesses econômicos e privados, em que essas relações podem estar nos campos administrativos e jurídicos. Para Hegel citado por Montaño e Duriguetto, na sociedade civil o interesse individual não se sobrepõe aos outros interesses, já que essa relação civil cria um princípio em que cada indivíduo acaba dependendo do trabalho do outro, “como o trabalho está dividido por ramos, cada ramo desenvolve interesses particulares próprios, o que leva a constituir-se em corporação, a qual tem como objetivo defender o interesse coletivo dos seus integrantes” (MONTAÑO; DURIGUETTO, ANO, p. 31).

No trabalho em conjunto entre Estado e Sociedade Civil, voltado para as políticas sociais em prol da proteção social, torna-se mais evidente a ideia da não centralidade das obrigações; com a participação da Sociedade Civil nessas obrigações, amplia o campo para diferentes visões e/ou práticas, através de diálogos e atividades voltadas de fato para as classes menos favorecidas (nisso faz-se incluso as crianças e adolescentes).

Parafraseando a ideia que a autora Maria Lucia Duriguetto propõe no seu livro “Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário” (2007), essas propostas de descentralização dos serviços sociais vêm se propagando por meio das uniões, ou transferências de responsabilidades para o mercado e para sociedade civil. “Esta é identificada como espaço de um “terceiro setor”, situado além do Estado e do Mercado, espaço da solidariedade, e do voluntariado, das ações sociais despolitizadas e fragmentadas.” (DURIGUETTO, 2007, p. 26).

E nesse contexto, encontramos na Sociedade Civil as entidades de cunho religioso. Para Amorim e Coelho (s.d.) no Brasil a incumbência de atender crianças e adolescentes em situação de pobreza, era da Igreja. Vale lembrar que

nessa responsabilidade da Igreja de cuidar destacava-se o “cuidado”, e as orientações recebidas pelas crianças indígenas na época do Brasil colônia.

No período colonial, a assistência à infância no Brasil seguia determinações de Portugal, aplicadas por meio da burocracia, dos representantes da Corte e da Igreja Católica. Igreja e Estado andavam juntos. O Evangelho, a espada e a cultura europeia estavam lado a lado no processo de catequização implantado no Brasil. Ao cuidar das crianças índias, os jesuítas visavam tirá-las do paganismo e discipliná-las, inculcando-lhes normas e costumes cristãos, como o casamento monogâmico, a confissão dos pecados, o medo do inferno (RIZZINI e PILOTTI, 2009 apud AMORIM e COELHO, s.d. p. 5).

Segundo Cunha (1998), conforme foi citado por Amorim e Coelho (s.d., p. 6) este tipo de costume se dava devido a preocupação da ideologia cristã, de proteger a população indígena e toda criança órfã e desvalida, com a ajuda de subsídios do governo, recolhendo-a em instituições destinadas à sua criação.

1.2 Proteção Social no Brasil: breves considerações sobre o histórico e desafios na atualidade.

Neste espaço faremos breves considerações sobre a Política de Proteção Social as Crianças e Adolescentes. A atual Política de Proteção Social à criança e ao adolescente vem mostrar que o compromisso de protegê-los e ampará-los não é mais responsabilidade exclusiva da família, sendo agora responsabilidade compartilhada com o Estado e a Sociedade Civil.

Embora, hoje as crianças e os adolescentes possuam direitos, nem sempre foi assim, o contexto histórico aponta que eles vivenciaram uma desproteção social muito grande. De acordo com o estudioso francês Philippe Ariès (1978) até o século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou tentava deixá-la invisível perante a sociedade, considerava-se a criança e o adolescente como infratores, sem nenhum valor, ou até mesmo como um adulto incompetente e incapaz. Estes sujeitos eram tratados com medidas de cunho religioso, filantrópico, como uma forma de caridade/assistencialismo.

No Brasil não foi diferente. Segundo Veronese (1999), a infância era negada para essas crianças e esses adolescentes, o Brasil foi marcado pela “não proteção”,

eles viviam nos mesmos espaços que os adultos, os mesmos eram “adultizados” muito rapidamente.

Segundo Oliveira (2015) existe uma grande dificuldade para que a Proteção seja efetivada, e algumas dessas dificuldades são a precarização dos serviços sociais, e a falta de recursos humanos e financeiros. No entanto a dificuldade maior fica por conta da falta de motivação política e comprometimento dos atores sociais envolvidos no Sistema de Garantia de Direitos.

Ainda de acordo com Oliveira o Sistema de Garantias de Direitos é um conjunto articulado de pessoas e instituições que atuam para efetivar os direitos das crianças e dos adolescentes. Esse Sistema está pautado em três eixos estratégicos: a promoção dos direitos, que para Oliveira é a formulação de políticas públicas; a defesa dos direitos que são responsáveis, o Estado, a sociedade e a família dessas crianças e adolescentes; e por último se encontra o eixo do controle social, que é exatamente esse controle das ações públicas da promoção e da defesa dos direitos.

O Sistema de Proteção Social no Brasil foi marcado entre 1930 a 1945, por inúmeras modificações sociais, políticas e econômicas. Assim passou a surgir às primeiras configurações de políticas sociais definidas pelo Estado, adotando também o âmbito da educação, da saúde, da previdência e da habitação.

Pode-se afirmar que as políticas sociais em sua trajetória histórica têm dois momentos importantes, que foi o período depois de 1930, sendo considerada uma fase que se iniciava uma formação do Sistema de Proteção Social. E o segundo momento se dá depois da CF de 1988 que vem ampliando a visão de Proteção Social.

Para entender melhor sobre as regulamentações que foram criadas em prol das crianças e dos adolescentes, faz-se necessário discorrer brevemente sobre o contexto histórico das mesmas. As primeiras leis de assistência e proteção às crianças e aos adolescentes no Brasil foram consolidadas em 1927 através do Decreto nº 17. 943-A de 12 de outubro, com o Código Mello Mattos, que leva esse nome em homenagem ao seu idealizador, José Cândido de Albuquerque Mello Mattos¹, conhecido como Código do Menor².

¹ Nascido em Salvador/BA, no ano de 1864. Mello Mattos formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife no ano de 1887 e atuava como promotor advogado criminal e na área do magistério. Passou a criar projetos em meados da década de 1920, em 1923 criou o Juizado de Menores do Distrito Federal, do qual se tornou titular em fevereiro de 1924. Fez parte da Corte de Apelação do Distrito Federal da 3ª Câmara Cível e foi eleito na mesma época vice-presidente da Associação

O Código de Menores, de 1927, foi utilizado nessa época como firme propósito de afastar as crianças de seu meio sócio-familiar. A possibilidade de perda do “pátrio poder” pela impossibilidade ou incapacidade, inclusive financeira, dos pais, permitia que o juiz encaminhasse a criança e o adolescente a instituições de internação (COUTO; MELO, 1998, apud TOLEDO OLIVEIRA, 2014, p.15).

De acordo com PASSETTI (1999), parafraseado por TOLEDO OLIVEIRA (2014), o código Mello de Mattos foi criado para dar assistência e proteção de forma sistematizada aos menores pobres, delinquentes e abandonados com idade inferior a 18 anos. A finalidade e grande objetivo era dar assistência e proteção ao menor que se via em “situação irregular”. Para tanto o 1º Código de Menores expressava e garantia a intervenção do Estado no meio familiar. Essa intervenção estatal objetivava tratar, como se falava na época, a “questão do menor”, ou o “problema do menor” através de uma política que previa a criação de instituições e permitia, de fato, uma forte intervenção do Estado sobre as famílias. Sendo assim, o Estado poderia intervir sobre a família, primeiro retirando a criança do convívio familiar, depois retirando o pátrio poder e passando-o para o Estado na figura do juiz.

O Código relatado acima, não fazia distinção entre o menor que não cometeu ato infracional (sendo esse vítima da pobreza), do menor que não cometeu. Nesse código se o menor fosse infrator ou não, se fosse pobre, abandonado, já era estigmatizado como tal, ou seja, suas medidas eram aplicadas nas categorias mais pobres, tendo assim uma postura discriminatória.

Em 1941 foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), através do Decreto nº 3779. Para Rizzini (1995), o SAM tinha como objetivos principais: orientar, fiscalizar e investigar os menores para fins de internação e ajustamento social. Enquanto para Veronese (1999) *apud* Paganini (2010) o SAM tinha como tarefa prestar, em todo território nacional, amparo social aos menores desvalidos e infratores, isto é, tinha-se como meta centralizar a execução de uma política nacional de assistência, desse modo, o SAM se propunha ir além do caráter normativo do Código de Menores de 1927.

Internacional de Juízes de Menores com sede em Bruxelas, na Bélgica. À frente do Juizado de Menores, Mello Mattos atuava no sentido de impedir o trabalho dos menores que pusessem em risco a saúde, física ou moral dos mesmos e por isso enfrentou o contra-ataque de membros da sociedade da época que tinha interesse na mão de obra barata resultante do trabalho dos menores.

² Nomenclatura que hoje não é mais utilizada, por se tratar de um termo estigmatizante e estereotipado, por isso é considerado ultrapassado. As pessoas que lidam com direitos da infância e adolescência evitam utilizá-lo.

Em termos rudes, a realidade é que o SAM entrega mais de uma dezena de milhar de menores por ano a terceiros, para que cuidem de sua vida e educação, sem a mínima garantia jurídica de que lhes seja dispensado um trato razoavelmente humano (NOGUEIRA FILHO, 1956, p. 264 apud RIZZINI, p. 34).

O SAM foi alvo de diversas críticas, e foi nomeado até como uma “escola do crime”, já que tratava o menor infrator com alguém que não deveria ser ressocializado, pelo contrário deveria ficar longe do convívio da sociedade.

Pouco mais de 20 anos depois com a Lei Federal 4.513 de 1964, o SAM começou a ser desacreditado e em Dezembro de 1964 foi trocado pela Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (FUNABEM), Rizzini e Rizzini (2004) ainda apontam como sendo o “Anti-SAM”, já que um dos embates era se desvencilhar do legado que o mesmo havia deixado. De acordo com Paganini (2010) o estado estava preocupado com o oferecimento das necessidades básicas, esquecia-se das necessidades integrais e utilizava a família desestruturada como a principal causa da marginalização da criança.

A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor tem como objetivo formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor, mediante o estudo do problema e planejamento das soluções, a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executem essa política (RIZZINI, 2004, p. 37 apud Odalissa Cristina, p. 36).

Anos depois foi aprovado o Código de Menores em 1979; (que era bastante semelhante ao Código de Menor de 1927), tendo como intuito, auxiliar e assistir o menor e também vigiá-lo. Esse Código era direcionado ao “menor em situação irregular”, que dizia respeito ao menor de 18 anos de idade que se encontrava abandonado materialmente, vítima de maus-tratos, em perigo moral, desassistido juridicamente, com desvio de conduta e ainda o autor de infração penal (CUSTÓDIO, 2009, apud PAGANINI, 2010).

Nesse percurso podem-se perceber as modificações que ocorrem em torno dos direitos das crianças e dos adolescentes, e essas modificações giram também em torno do relacionamento do Estado – Família – Sociedade.

As transformações no papel do Estado e em suas relações com a Sociedade impõem novos modelos de gestão que comportem a

interação de estruturas descentralizadas e modalidades inovadoras de parcerias entre entes estatais e diferentes organizações. (OLIVEIRA, 2015, p. 2).

E essas transformações começaram a partir da publicação da Constituição Federal (CF) de 1988, juntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - 1990 em que foi instaurado um conjunto de direitos civis, sociais, econômicos, culturais e a promoção da proteção social. Nesse contexto as crianças e os adolescentes passaram de fato serem sujeitos de direito, cada um com sua especificidade.

A proteção social vem com o intuito de garantir os direitos da criança e do adolescente e diminuir a exclusão social e para o alcance disso promove algumas ações sociais.

Somente com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº8. 068 de 13 de julho de 1990, tal postura foi substituída pela doutrina de “Proteção Integral” das crianças e dos (as) adolescentes como cidadãos de direito (art.1º), que difere das Doutrinas do Direito Penal do Menor e da Situação Irregular, até então vigente. A partir daí, a criança e o adolescente deixaram de ser considerados pelo prisma da “incapacidade” para se tornarem “sujeitos de direito”, capazes de exercer seus direitos fundamentais e deveres, respeitados como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (CUNHA, 1998, p. 49).

Com a consolidação do ECA, a responsabilidade e a obrigação do Estado e da Sociedade Civil passou a ser o de adotar medidas que assegurassem às crianças e os adolescentes uma oportunidade de desenvolvimento de sua vida. De acordo com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2012), os direitos estabelecidos pela lei que asseguram as crianças e aos adolescentes deveriam repercutir na materialização de políticas públicas e sociais.

Embora o ECA enfatize o segmento infanto-juvenil como sujeitos de direitos garantindo-lhes proteção universal por meio de implementação e promoção de políticas públicas, os investimentos em programas e projetos com ganhos sociais tem se valido das chamadas organizações sem fins lucrativos “como agentes do bem-estar”, substituindo a política pública e assumindo a condição de “alternativa eficaz” para viabilizar o atendimento das necessidades sociais. Esse apelo ao “terceiro setor” e/ou à sociedade civil se configura como um verdadeiro retrocesso histórico, caracterizada como prática assistencialista. (BEHRING E BOSQUETTI, 2007 apud TELLES, SUGUIHIRO E BARROS, 2011, p. 55).

Ainda segundo os autores da citação acima essa prática acaba por transferir a responsabilidade do Estado para a sociedade, com a hipótese de estimular o voluntariado, a colaboração solidária e a pretensão da “participação social”.

De acordo com a Coletânea de Leis da Criança e do Adolescente em conflito com a lei (2012), o Brasil é uma das primeiras nações signatárias da Convenção Internacional e um dos primeiros países do mundo a ter uma legislação federal de promoção a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Instituído dois anos após a Constituição Federal de 1988, o ECA, foi formulado a partir da composição de Conselhos de Direitos, de natureza deliberativa, e tendo como base a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças em 1989.

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que se trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei e outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (Art. 3º - ECA, 2012)

O ECA estabelece a garantia e proteção integral para as crianças e os adolescentes, garantias essas que estão voltadas para a sobrevivência de forma digna, o desenvolvimento pessoal e social, e a integridade física, psicológica e moral dos mesmos. Vale ressaltar que o ECA não estabelece apenas direitos, mas também os deveres das crianças e dos adolescentes. O ECA é a lei que cria condições de exigibilidade para os direitos da criança e do adolescente, que estão definidos no artigo 227 da Constituição Federal.

De acordo com Cunha (1998) a política de Proteção à Criança e ao Adolescente se apoia na Política de Assistência Social. Fazendo-se necessário uma articulação entre os órgãos público/privados e a própria família para a elaboração de programas que atendam as necessidades dessas crianças e adolescentes. O Artigo 227 da CF de 88 declara que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Segundo a citação acima da CF o dever de cuidar das crianças e dos adolescentes não se restringe apenas aos pais, mas tanto a família quanto a sociedade civil e o Estado, devem lutar pelos direitos das crianças e dos adolescentes.

Proteção Social é um dos serviços que está dentre os ofertados pela Assistência Social³. E a Proteção Social é subdividida em: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

A Proteção Social Básica é ofertada pelo Centro de Referência da Assistência Social – CRAS atuando com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, por meio de orientação e ações, com o objetivo de desenvolver potencialidades e fortalecer o convívio sócio-familiar e comunitário, visando prevenir situações de vulnerabilidade e risco, o CRAS deve estar localizado em áreas de vulnerabilidade social podendo abranger um total de até mil famílias. (PNAS, 2004).

A Proteção Social Especial de Média Complexidade é ofertada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e tem como referência a oferta de atendimento especializado a famílias e/ou indivíduos em situação de risco pessoal ou social por violação de direitos (PNAS, 2004). A Proteção Social Especial de Alta Complexidade é ofertado por Centros Pop, casa Lar e outros que garantam a proteção integral, moradia, alimentação e higienização para famílias ou indivíduos que se encontrem sem referência ou em situação de ameaça, tendo a necessidade de ser afastado do convívio familiar e ou comunitário (PNAS, 2004).⁴

Com a promulgação da CF em 1988, a Assistência Social entra em um novo sentido, como um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988, p. 121).

³ É uma política pública não contributiva, sendo umas das bases do tripé da Seguridade Social que é composta pela Assistência, Previdência e Saúde, objetiva-se garantir atendimento as necessidades básicas dos cidadãos que se encontrem em situação de vulnerabilidade e riscos (PNAS, 2004).

⁴ Informações retiradas do Trabalho de Conclusão de Curso da Assistente Social Odalissa Cristina de Almeida, graduada pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, e tem como título: De delinquente, irregular e infrator à cidadão de direitos: trajetória legal dos direitos da criança e do adolescente no Brasil – 2017.

Nesse aspecto, a assistência social foi reconhecida como uma Política Pública que tem por objetivo garantir os direitos sociais, como afirma o art. 1º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)⁵:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais realizadas através de um conjunto integrado de ações de iniciativas públicas e da sociedade para garantir um atendimento às necessidades básicas (1993, p. 7).

A CF de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social Brasileira incluída no âmbito da seguridade social e regulamentada pela lei LOAS, lei 8.742 de dezembro de 1993, como política pública. Já em 2004, com o surgimento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) buscou-se instaurar no campo dos direitos da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, assim articulando a proteção social das famílias com as demais políticas voltadas para a garantia de direitos (MDS, 2004).

O desempenho ou não das famílias de suas funções, depende das suas relações com o contexto cultural e social. A família que não tem acesso aos direitos básicos terá problemas para realizar de forma eficaz suas funções. O apoio às famílias está fundado em uma visão de apoio e proteção aos vínculos familiares e comunitários. A intervenção a essas famílias tem como objetivo fortalecer a identidade do grupo familiar, seus valores, regras e a sua relação com o contexto sócio cultural. Trabalhar com famílias é trabalhar com uma rede de vínculos dentro de um contexto sociocultural, o que nos remete para o conceito elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2005.

A família é um grupo de pessoas, vinculadas por laços consanguíneos, de aliança ou de afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero (MDS, 2005, p. 170).

Conforme diz o MDS, a Proteção Social tem por finalidade prevenir e garantir as seguranças: de sobrevivência, de acolhida, de convívio ou vivência familiar e comunitário, através dos programas, projetos, serviços e benefícios sociais

⁵ Somente cinco anos após a publicação da Constituição Federal de 1988, foi criada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Essa lei tem por finalidade regulamentar os artigos 203 e 204 da constituição.

desenvolvidos na Proteção Social Básica e Especial, contribuindo assim, para a diminuição da exclusão social com a inclusão e igualdade dos benefícios e no acesso aos serviços sócio assistenciais, daqueles que estão em situação de vulnerabilidade e risco social.

A política de Proteção a Criança e ao Adolescente tomam como base a Política de Assistência Social e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual preconiza os direitos e deveres desse segmento social, tendo a criança e o adolescente direito a vida, saúde, esporte, lazer e cultura.

CAPÍTULO 2 RELIGIÃO E FAMÍLIA: RELAÇÃO DE PROTEÇÃO.

2.1 Terceiro Setor

A sociedade civil é composta por algumas organizações, tais como: igrejas, hospitais, organizações não governamentais (ONGs), associações, entre outras, que desempenham atividades de caráter social. Não se pode esquecer também que nessa inserção na sociedade civil se encontra o Terceiro Setor, o qual será abordado nesse tópico.

Vivenciamos um período em que a desigualdade, a falta de emprego, a violência, a mortalidade infantil, entre outros problemas sociais, são realidades que se impõe. Sendo que apenas a Família e o Estado não conseguem resolver tais problemas, assim começaram a surgir movimentos, associações, fundações e entidades para tentar suprir essas necessidades.

Os movimentos sociais podem ser citados como a primeira tentativa da sociedade civil de pressionar a classe política, visando à defesa e conquista de direitos, deixando o simples papel de espectador diante da realidade, passando a agente indutor de políticas públicas e na constituição de direitos. Desses movimentos, aliados a outras articulações sociais mais recentes, surge o “Terceiro Setor”. (SANTOS, OLIVEIRA E ROCHA, 2013, p. 38).

O Terceiro Setor vem tendo um grande crescimento no Brasil, atuando em diversas áreas e as vezes até desempenhando um papel que deveria ser do Estado no enfrentamento das demandas sociais “o Terceiro Setor desponta, como prestador de serviços a sociedade com os objetivos públicos não contemplados pelo Estado” (SANTOS, OLIVEIRA E ROCHA, 2013, p. 38).

Antes de um aprofundamento sobre o Terceiro Setor, vale fazer considerações sobre o Primeiro e o Segundo Setor. O Primeiro Setor é o Poder Público, no qual está inserido o Estado; o Segundo Setor é onde se encontra o Mercado; e o Terceiro Setor é segundo Correia (s.d) (apud SANTOS; OLIVEIRA; ROCHA, 2013, p. 39) uma instância de mediação entre o Poder Público e o Mercado [...], que busca o atendimento de direitos sociais básicos e o combate à exclusão social.

No que tange o Terceiro Setor encontram-se diversas instituições que comportam entre elas, segundo Bazoli (2007): “Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil, Esfera Pública Não Estatal, Organizações (entidades, associações) sem fins lucrativos; Entidades Benéficas, Filantrópicas; Fundações e Filantropia Empresarial”. (Apud, SANTOS; OLIVEIRA; ROCHA, 2013, p. 39),

Ainda com base em Bazoli (2007), os autores citados acima abordam algumas características dos tipos de organizações no que tange o Terceiro Setor, são elas:

- Associações: esse tipo de organizações são dotadas de personalidade jurídica, de direito privado com interesses de seus associados ou de interesses sociais; sua existência é mediante uma inscrição de seu estatuto no registro competente.
- Fundações: as fundações mesmo não sendo entidades estatais, destinadas para o social, coletivo e público, contam com o apoio de pessoas voluntárias. As fundações tem uma característica que é não visar o lucro, mas sim o desenvolvimento e o bem-estar social. As fundações possuem finalidades específicas, como:
 - Saúde
 - Educação
 - Assistência Social
 - Cultura e arte
 - Pesquisa e tecnologia
 - Meio ambiente
 - Previdência
 - Apoio a TVs educativas e comunitárias entre outras.
- Organizações Sociais de Interesse Público – OSCIP: as OSCIP são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, com iniciativas a desempenhar serviços não exclusivos do Estado, com incentivo e fiscalização pelo Poder Público.

Carrion (2000) em sua obra “Organizações privadas sem fins lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor”, fala sobre o pensamento de dois autores Landim (1998) e Fernandes (1997), os quais se debruçaram sobre os momentos que constituiriam a formação do terceiro setor no Brasil. Sendo o primeiro momento correspondente ao desenvolvimento das associações voluntárias que teve a igreja católica como pioneira, baseando-se também numa lógica cristã, sendo atuantes na prestação de serviços sociais e assistenciais, entre os quais a saúde, a proteção dos desamparados e a educação.

De acordo com Correia (s.d) (apud SANTOS; OLIVEIRA; ROCHA, 2013), o Terceiro Setor teve uma evolução a partir das primeiras igrejas cristãs que tinham uma característica de ajudar as viúvas, órfãos, enfermos, pobres, deficientes e prisioneiros. A atuação do Terceiro Setor também envolve um relacionamento articulado no desenvolvimento de políticas públicas voltadas a projetos sociais.

Maria da Glória Marcondes, vem retratando de forma bastante clara um conceito característico do Terceiro Setor:

o terceiro setor é um tipo de ‘Frankenstein’: grande, heterogêneo, construído de pedaços, desajeitado, com múltiplas facetas. É contraditório, pois inclui tanto entidades progressistas como conservadoras. Abrange programas e projetos sociais que objetivam tanto a emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, com justiça social, como programas meramente assistenciais, compensatórios, estruturados segundo ações estratégico-rationais, pautadas pela lógica de mercado. Um ponto em comum: todos falam em nome da cidadania (...). O novo associativismo do terceiro setor tem estabelecido relações contraditórias com o ‘antigo’ associativismo advindo dos movimentos sociais populares (na maioria urbanos) dos anos 70 e 80 (MARCONDES apud PEREIRA, 2015, p.)

E nessa abrangência de uma sociedade mais igualitária e justa, vem crescendo a atuação do Terceiro Setor, como também o crescimento das Entidades Religiosas que por sua vez vem desempenhando um papel de grande relevância na vida das crianças e adolescentes, trabalhando na promoção de atividades de assistência, proteção e até mesmo como apoio junto aos menos favorecidos socialmente.

2.2 Entidades Religiosas

De acordo com Monello (2012) instituições religiosas estão organizadas em estrutura confessional e possui seu próprio regulamento disciplinador. Podendo ser citados alguns exemplos desses tipos de instituições, tais como: Igrejas, Dioceses, Ordens, Congregações, Institutos de Vida Consagrada entre outras.

Uma instituição social religiosa, também denominada organização religiosa diz respeito à pessoa jurídica de direito privado constituída por pessoas físicas ou jurídicas que professam uma religião segundo seus ditames religiosos e sob a perspectiva de uma fé. (MONELLO, 2013, apud LIMA, SANT'ANA JUNIOR e COSTA, 2016, p. 12).

Ainda segundo Monello não se pode dizer que apenas as igrejas são instituições religiosas, ele afirma isso se baseando no Código Civil, o inciso IV do art. 44 em que cita organizações religiosas, deixando assim, livre para que as organizações não se limitem apenas as igrejas. “O que caracteriza ser uma organização religiosa é o exercício da profissão de uma fé, da vivência de fé por meio de suas ações religiosas, pastorais e assistenciais, educacionais, culturais e outras”.

Para além dessas instituições religiosas, existem as entidades assistenciais que ajudam na socialização das crianças e dos adolescentes por meio de diversas atividades, conforme diz Benelli (2014) citado por Scarone (2016, p. 21).

As entidades assistências funcionam de modo complementar ao período escolar acolhendo um regime aberto crianças e adolescentes para desenvolver atividades pedagógicas, esportivas, assistenciais, psicólogas, profissionalizantes e socializadora visando integrar essa clientela ao conjunto da vida social, comunitária e familiar normal. Dessa forma evitariam que as crianças e adolescentes ficassem expostos a situações pessoais e sociais de risco para si e para a sociedade.

As Entidades Religiosas vem modificando-se no decorrer dos tempos dando assim, origem a múltiplas entidades.

A constituição de organizações religiosas também é uma forma de empreendedorismo, sendo a igreja católica a mais antiga, pois

existe desde os primórdios da humanidade. No decorrer do tempo, a igreja católica se dividiu formando novas religiões, e atualmente se tem um vasto leque de organizações religiosas, como por exemplo, a católica, protestantes, budistas, candomblé, testemunhas de Jeová, entre outras. (LIMA, SANT'ANA JUNIOR e COSTA, 2016, p. 7).

Dentro dessas entidades religiosas se inserem os projetos sociais que visam o apoio das famílias na tarefa de educação e socialização das crianças e adolescentes. É nesse contexto que se insere o Clube de Desbravadores sob o qual nos debruçaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 - CLUBE DE DESBRAVADORES

Para prosseguir na organização e materialização desse estudo de forma mais específica, faz-se necessário elucidar a que se propõe o Clube de Desbravadores, tendo em vista que é um importante instrumento para promover a Proteção Social.

3.1 Breve histórico

O Clube de Desbravadores é uma organização mantida pela Igreja Adventista do Sétimo Dia - IASD, no qual envolve crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos sob a liderança de jovens a partir de 16 anos supervisionados por adultos, desenvolvendo diversas atividades abrangendo uma formação tanto nos aspectos físicos, intelectuais e espirituais. Por se tratar de um departamento da Igreja é parte da sua metodologia e estratégia evangelística.

A filosofia do Clube de Desbravadores está estruturada em conceitos e princípios imutáveis que são embasados na “Santa Palavra de Deus”, os quais direcionam todas as ações propositadamente realizadas pelo Clube. “Se essa base filosófica não for respeitada, o Clube corre o risco de se tornar um Clube de aventuras, de escotismo ou um simples departamento da Igreja e nada mais.” (MANUAL ADMINISTRATIVO DO CLUBE DE DESBRAVADORES., 2013, p. 14 e 15).

Os principais objetivos são abordados pelo Manual Administrativo (2013, p. 25 e 26): Ajudar os juvenis e adolescentes a compreenderem que Deus e Sua Igreja se preocupa com eles, os amam e os apreciam. Encorajar o descobrimento dos potenciais do próprio Desbravador, concedido por Deus e os auxiliar ao usarem seus dons e habilidades para cumprirem as habilidades de Deus. Guiar os juvenis e adolescentes a oferecerem demonstração pessoal do seu amor por Deus ao agrega-los às várias atividades e ações missionárias.

O Clube também objetiva tornar a salvação pessoal de cada Desbravador prioridade no programa semanal. Construir em todos os Clube de Desbravadores um conceito saudável e amor pela criação de Deus ao participarem de atividades ao ar livre: através de caminhadas, acampamentos, especialidades sobre a natureza, etc. Por meio dessas atividades os desbravadores experimentarão um

senso de admiração e adoração ao observarem e explorarem a beleza, majestade e poder criativo na natureza.

O Clube também está empenhado em ensinar habilidades específicas e hobbies aos Desbravadores, trazendo uma maior satisfação para a vida do mesmo. Dessa forma os juvenis e adolescentes ocuparão seu tempo com práticas proveitosas e mais saudáveis. Animar os Desbravadores a manterem a boa forma física. Dar oportunidades para desenvolverem o dom de liderança, animando os membros do Clube a trabalharem juntos e a partilharem suas responsabilidades de liderança.

Através de todos esses objetivos o clube induzirá seus desbravadores a aprenderem as lições da obediência, da disciplina, da troca de ideias, do patriotismo e do acesso das dinâmicas em grupo. E assim procurar cultivar o desenvolvimento harmônico da vida física, social, intelectual e espiritual. Os símbolos do Clube de Desbravadores são: Os Ideais, o Voto, a Lei, o Alvo, o Lema, o Objetivo, Voto de Fidelidade à Bíblia, o Hino dos Desbravadores e os Emblemas.

Segundo Heber M. Cruz (2015) no período em que o Clube de Desbravadores surgiu, apareceram diferentes propostas relacionadas a questão do atendimento às necessidades das crianças e dos adolescentes; Cruz considera que isso ocorreu devido a este período de desenvolvimento inicial ser marcado por percepções leigas.

Alguns meninos e meninas da Igreja passaram a ter interesse pelo programa de Escoteiros por volta de 1910, e foi pensando nestes e na “preservação” das crianças e adolescentes da Igreja que passou a se pensar a criação de um Clube que atendesse as necessidades dos mesmos e foi em 1950 que o Clube de Desbravadores foi reconhecido oficialmente a nível mundial pela Associação Geral da IASD.

O Manual Administrativo do Clube de Desbravadores, atualizado em 2013, vem contando um pouco da história do Clube:

(...) em 1955, quando o primeiro Clube Sul-Americano teve início na cidade de Lima, Peru, sob a liderança do casal Nercida e Armando Ruiz. Já no segundo ano de atividades, o Clube peruano levou dez Desbravadores ao batismo, através da classe bíblica. Era o início de uma parceria evangelística entre Desbravadores e as classes

batismais que fariam dos Clubes uma das mais poderosas ferramentas de evangelização da igreja. No final da década de 50, o Pastor Jairo Tavares de Araújo, Líder da juventude adventista da Divisão Sul-Americana, com sede ainda no Uruguai, preparou um pequeno manual sobre como organizar um Clube de Desbravadores para incentivar a formação de novos Clubes.

Esse pequeno manual foi adaptado a nossa nova realidade, e é utilizado até hoje nos mais de 160 países em que se tem um Clube de Desbravadores. Em virtude dos requisitos propostos, os Clubes de Desbravadores têm sido descritos nos órgãos informativos de diferentes cidades e países por sua bravura e comprometimento com as comunidades onde estão inseridos, especialmente em ocasiões de calamidades quando suas ações, geralmente em parceria com a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA) vêm trazendo alívio, ou pelo menos tentando trazê-lo para as pessoas atingidas por catástrofes. Além disso, em diferentes cidades seu trabalho tem sido reconhecido como de utilidade pública por câmaras de vereadores e outros organismos governamentais⁶.

Para fim de conhecimento e compreensão das características do desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, os líderes recebem cursos, treinamentos, participam de congressos, que são ministrados por profissionais e/ou líderes que possuem um pouco mais de conhecimento sobre a adolescência. A Associação Geral dos Clubes de Desbravadores entende que se faz necessário que o líder entenda a fase de transformações cognitivas, físicas, psíquicas e sociais, é importante ainda que o líder possa estabelecer um vínculo com a família. O Clube de Desbravadores é dividido em regiões, áreas, associações missões e divisões⁷.

⁶ Em Santo André, São Paulo, já alguns anos, o Dia Mundial dos Desbravadores é comemorado oficialmente na Câmara de Vereadores. Em maio de 2009, em São José dos Pinhais no estado do Paraná, os Desbravadores foram honrados em sessão solene da Câmara dos Vereadores, ainda nesse município o Dia Mundial dos Desbravadores é comemorado oficialmente por lei municipal.

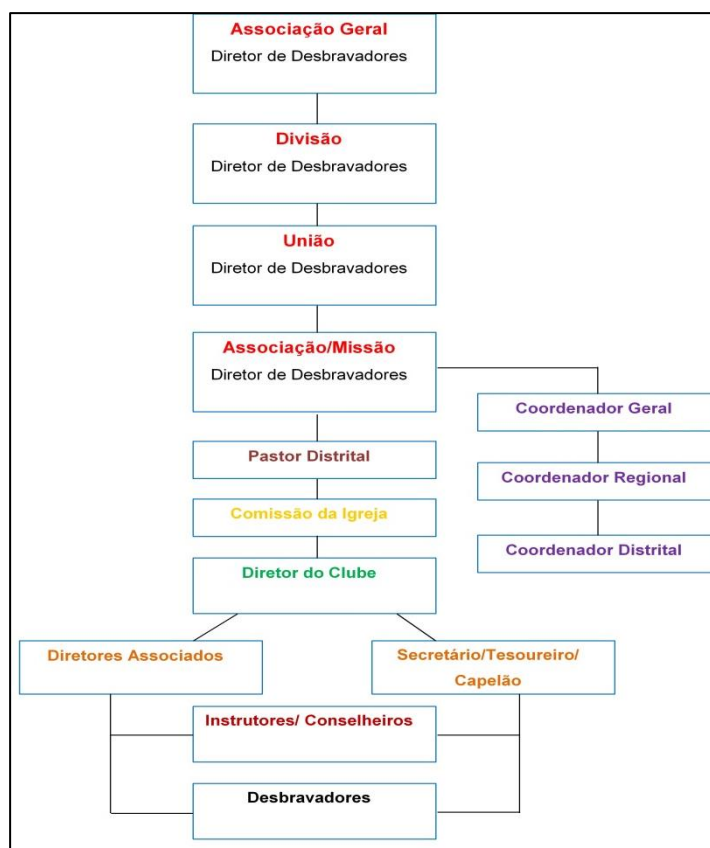
⁷ Tais informações estão embasadas nas leituras de documentos do Ministério do Clube de Desbravadores e do Manual Administrativo, como também baseado na vivência em que a autora dessa pesquisa tem com o Clube de Desbravadores desde sua infância.

3.2 Estrutura e funcionamento

O Clube possui uma estrutura material e humana ao serviço dos interesses do mesmo. Muitas são as pessoas envolvidas diretamente ou indiretamente com o programa dos Desbravadores. No que tange a questão de estrutura hierárquica de um Clube de Desbravadores, podemos estabelecer dois organogramas principais, o primeiro faz referência à hierarquia mundial, enquanto o segundo tem aplicabilidade internamente, ou seja, todo o Clube deve seguir essa estrutura hierárquica.

Segue o organograma que explica como o Clube de Desbravadores se organiza ao redor do mundo.

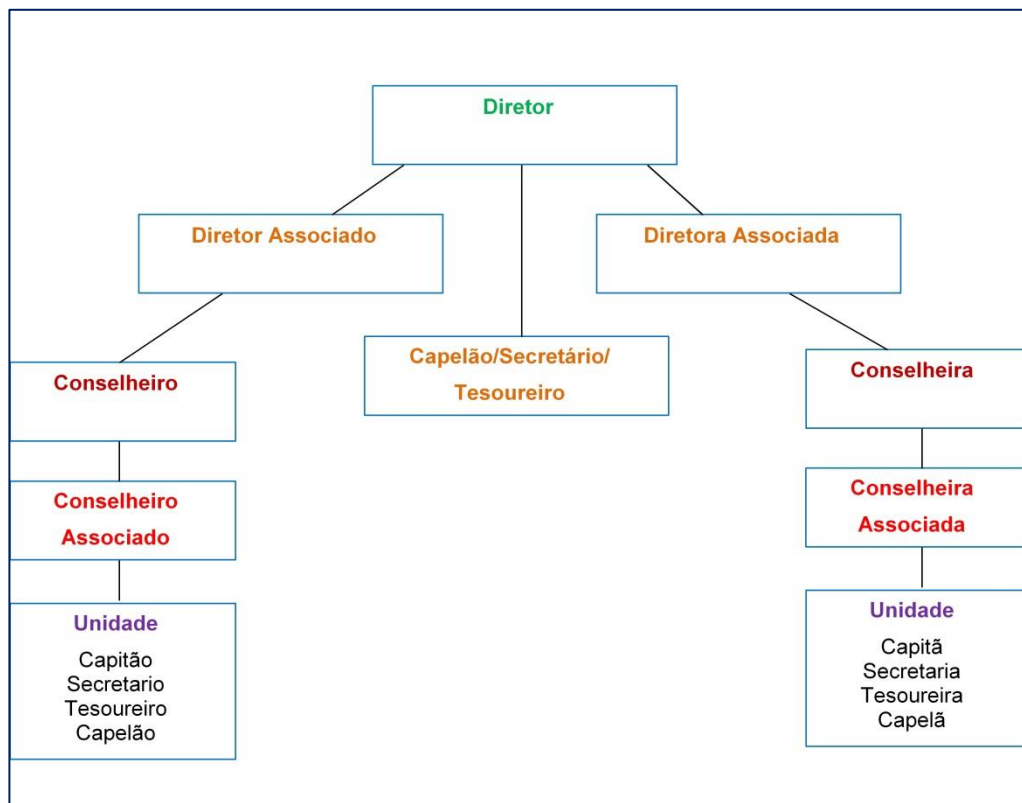
ORGANOGRAMA MUNDIAL DA ORGANIZAÇÃO DE UM CLUBE DE DESBRAVADORES



Fonte: Organograma feito pela a autora, baseado nas informações obtidas através do Manual Administrativo do Clube de Desbravadores.

Em seguida apresenta-se o organograma que ilustra detalhadamente como um Clube de Desbravadores deve se organizar localmente.

ORGANOGRAMA LOCAL DA ORGANIZAÇÃO DE UM CLUBE DE DESBRAVADORES



Fonte: Organograma feito pela a autora, baseado nas informações obtidas através do Manual Administrativo do Clube de Desbravadores.

No que diz respeito ao funcionamento adequado de um Clube, o Manual Administrativo, adverte:

Um Clube de Desbravadores saudável é sustentado pelos seguintes pilares: classes, especialidades, cantinho da unidade, ordem unida, civismo, atividades espirituais e comunitárias e atividades campestres. Cada um deles é de extrema importância e devem estar vinculados e em perfeito equilíbrio. O programa do Clube é fixo, ou seja, essas atividades devem funcionar plenamente em todos os Clubes, independentemente das preferências pessoais dos membros da direção. Nenhum desses pilares pode ser negligenciado, sob pena de enfraquecer o Clube e prover formação deficitária aos desbravadores (2013, p. 106).

Todas essas atividades descritas acima estão sintetizadas no programa do Clube, chamado de classes, essas classes podem ser regulares ou avançadas, formando um total de 12 classes, sendo subdivididas por idades, nomes e cores distintas. Todas as classes foram desenvolvidas com um olhar voltado ao grau de desenvolvimento físico, mental e espiritual de cada idade:

Idade	Classe Regular	Classe Avançada
10 anos	Amigo	Amigo da Natureza
11 anos	Companheiro	Companheiro de Excursionismo
12 anos	Pesquisador	Pesquisador de Campo e Bosque
13 anos	Pioneiro	Pioneiros de Novas Fronteiras
14 anos	Excursionista	Excursionista na Mata
15 anos	Guia	Guia de Exploração

As classes estão compostas por diversos requisitos, englobando as áreas de desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. Cada classe exige do DBV que este coloque em prática os conhecimentos adquiridos no Clube. Todos os conhecimentos estão agrupados de acordo com as diferentes idades, os DBVs são motivados a completar cada ano uma classe diferente, e ao término dela são condecorados com um boton de acordo a cor da classe:

- Classe de Amigo (boton azul): essa classe auxilia no aprendizado das habilidades e capacitação do desenvolvimento harmônico entre o físico, o mental e o espiritual, ajudando a criança a descobrir seus potenciais, induzindo a aprenderem as lições da obediência;
- Classe de Companheiro (boton vermelho): ajuda o DBV a desenvolver demonstração de amor ao próximo, ampliando seu ciclo de amizade, com o acesso a várias dinâmicas em grupo e agregando-se às várias atividades voluntárias e ações missionárias;
- Classe de Pesquisador (boton verde): tem como foco ajudar o DBV a encontrar novas aventuras, auxiliando a exploração do mundo com vista a assegurar o espírito aventureiro;
- Classe de Pioneiro (boton cinza): essa classe foca na abertura de novas áreas de descobrimentos no mundo, visando assegurar uma responsabilidade com a natureza, com a disciplina, com a troca de ideias e do patriotismo;
- Classe de Excursionista (boton roxo): os excursionistas enfatizam seus estudos no desenvolvimento físico, mental e espiritual que desafiam os jovens a desenvolver conceitos de si mesmo e de um estilo de vida;

- Classe de Guia (boton amarelo): dar oportunidades para desenvolverem o dom de liderança, animando os membros do Clube a trabalharem juntos e dividirem suas responsabilidades, enfatizando também o crescimento pessoal e as descobertas de técnicas de sobrevivências.

3.3 - Dialogando com os entrevistados

A presente pesquisa teve por finalidade analisar as contribuições do Clube de Desbravadores na proteção social de crianças e adolescentes. A pesquisa teve um caráter qualitativo, sendo realizada entre dezembro de 2017 e março de 2018.

Tendo em vista a temática que estabelecemos, a abordagem da nossa pesquisa é qualitativa, pois visa a análise das entrevistas e das percepções dos sujeitos em relação ao papel do clube de desbravadores para as crianças e adolescentes, para os seus líderes e para a comunidade. Segundo Severino (2007) a abordagem qualitativa baseia-se na interpretação e na significação, ou seja o pesquisador busca analisar um fenômeno de forma a atribuir-lhe seus possíveis significados. A pesquisa qualitativa tem grande relevância, pois permite ver com maior abrangência um determinado cenário ou contexto e possibilita ao pesquisador o aprofundamento do tema e a construção da análise com uma riqueza de significados.

Embora a nossa pesquisa tenha majoritariamente o caráter qualitativo, também lançamos mão do método quantitativo para organizarmos os dados coletados. Conforme pontua Severino (2007), as abordagens quantitativas consideram tudo que pode ser quantificado, o que significa traduzir em números os dados coletados para classificá-los e analisá-los. Nesse sentido, organizamos os dados qualitativos das 48 entrevistas que realizamos em gráficos que são apresentados mais adiante.

O delineamento epistemológico da nossa pesquisa é transversal e de caráter descritivo. Tendo em vista os objetivos que nos propomos faremos descrição das respostas e como elas se relacionam com as questões elencadas e a metodologia empregada.

A coleta de dados foi alcançada a partir das pesquisas realizadas através de entrevistas semi estruturadas, deixando os entrevistados mais livres para exporem

suas opiniões vivências e experiências. De acordo com Triviños (1987) a entrevista semi estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Através desses questionamentos surgiriam novas hipóteses a partir das respostas dos entrevistados. Assim elenca o autor que a entrevista semi estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). A entrevista semi estruturada está centrada em um tema sobre o qual construímos um roteiro com perguntas principais, que podem ser complementadas por outras questões que ocasionalmente surgem ao longo do processo de entrevista.

A população pesquisada foi dividida em dois públicos distintos, pessoas que tenham ou já tiveram vínculo direto (foram membros ativo) com algum Clube de Desbravadores em algum momento de sua vida. Enquanto o outro público foi voltado para pessoas da comunidade na qual exista algum Clube ativo. A pesquisa foi realizada em seis municípios diferentes, sendo eles: Cachoeira, Conceição da Feira, Humildes, Santo Amaro da Purificação, São Félix e Saubara; a pesquisa foi concretizada entre os dias 06 de Fevereiro de 2018 e 21 de Março de 2018; sendo que foram dez entrevistas por município, consistindo cinco entrevistas à membros do Clube e cinco para comunidade, totalizando assim 60 entrevistas programadas, no entanto por alguns imprevistos ocorridos foram finalizadas apenas 48 entrevistas, sendo 19 com a comunidade e 29 com membros. Os dados foram organizados em tabelas a partir das questões realizadas nas entrevistas.

Os entrevistados aprovaram sua participação nesta pesquisa através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em que foi explicado o objetivo da pesquisa, e que eles eram livres de interromper a entrevista a qualquer momento se assim quisessem, igualmente também foi esclarecido que toda e qualquer informação fornecida por eles seriam confidenciais, assim resguardando suas identidades, e para esse fim, os nomes foram substituídos por “ENTREVISTA”, seguido de um número, para que seja clara a distinção das respostas dos entrevistados.

Na pesquisa foram feitas perguntas objetivas como: nome, sendo opcional responder, sexo, idade, cor/etnia, religião, estado civil. Por outro lado nas questões

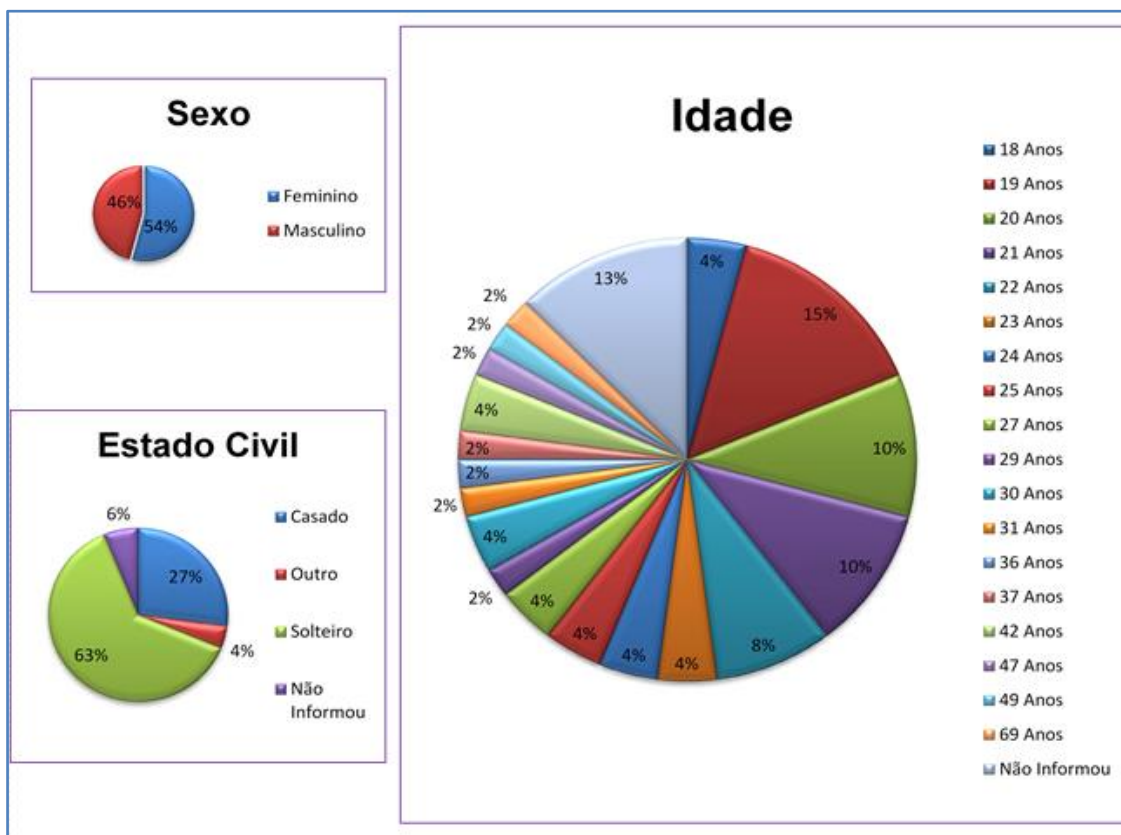
subjetivas foram feitas perguntas sobre o tema a ser discutido. A entrevista foi dividida em dois blocos, sendo o primeiro sobre a legislação que respalda a proteção da criança e do adolescente, enquanto o segundo bloco foram feitas perguntas específicas em relação ao Clube de Desbravadores.

Lembrando que por se tratar de uma pesquisa que envolve dois públicos diferentes, no segundo bloco as perguntas diferem um pouco de um público para outro, logo, a análise também teve sua distinção, as perguntas básicas, e as que estão no primeiro bloco serão analisadas de uma só vez, no entanto ao que se refere às perguntas do segundo bloco (as específicas) serão analisadas separadamente, cada bloco de acordo com o público respondente. Sendo os Desbravadores ou ex-desbravadores intitulados por números de 01 até 29, enquanto os outros entrevistados das comunidades estão nomeados do número 30 ao 48.

PERFIL BÁSICO DOS ENTREVISTADOS

Das 48 entrevistas realizadas, 22 entrevistados eram do sexo masculino, totalizando um percentual de 46%, enquanto as entrevistas feitas com o sexo feminino teve um percentual de 54%, assim sendo uma soma de 26 mulheres. O estado civil predominou uma maioria de 63% dos entrevistados sendo solteiros. A idade dos entrevistados teve uma variação, no entanto as idades entre 19 anos e 21 anos, somou-se um total de 35%, vale ressaltar também que 13% preferiu manter sua idade em silêncio. (Figura 1)

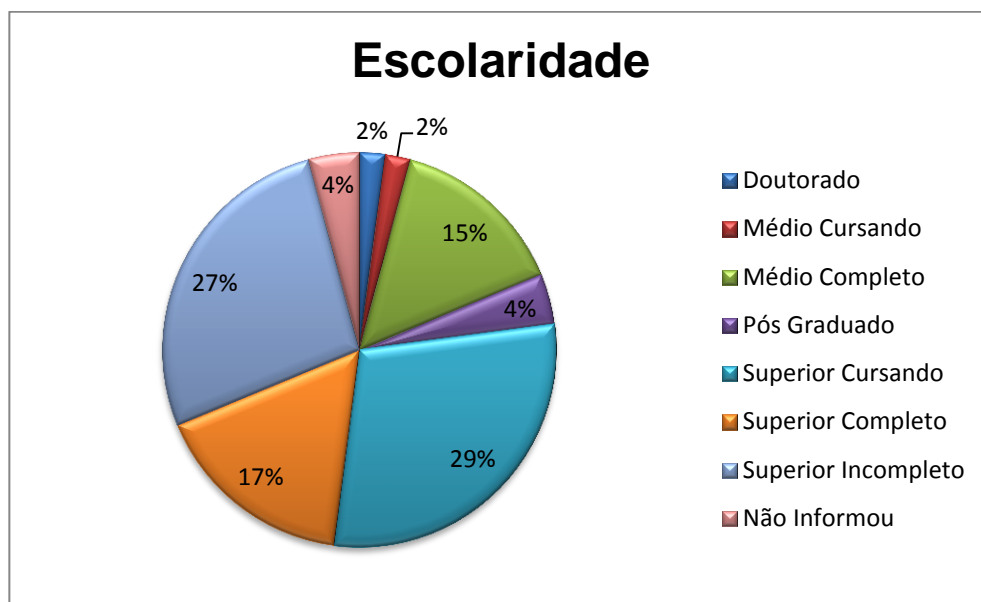
Figura 1: Percentual dos entrevistados segundo sexo, estado civil e idade.



Fonte: A autora, 2018.

Ao que se refere ao grau de escolaridade dos entrevistados podemos perceber que a maioria tem alguma instrução de nível superior, 17% já concluíram, sendo que 6% já são Pós-graduados e Doutores, enquanto 29% então cursando o ensino superior. (Gráfico 1)

Gráfico 1: Percentual dos entrevistados de acordo com o grau de escolaridade.

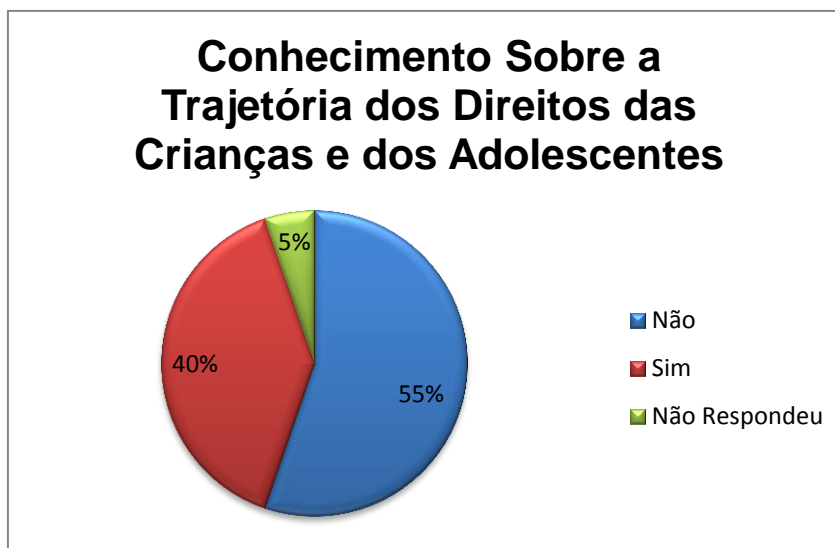


Fonte: A autora, 2018.

ANALISANDO AS PERGUNTAS

Quando questionados sobre o conhecimento a respeito da trajetória da construção dos direitos da criança e dos adolescentes no Brasil, percebeu-se que um grande número de pessoas, somando-se 55%, não possui noção do assunto; 5% preferiu não responder, enquanto apenas 40% dos entrevistados apresentam conhecimento sobre essa trajetória. O gráfico abaixo mostra uma visão de como foi concentrado as respostas.

Gráfico 2: Percentual dos entrevistados que possui algum conhecimento da legislação.



Fonte: A autora, 2018.

O fato da maior porcentagem desconhecer ou não querer se pronunciar em relação a trajetória dos direitos das Crianças e dos Adolescentes, sinaliza para a necessidade de maior divulgação deste conhecimento. Analisando algumas respostas sobre o questionamento acima, pode-se destacar alguns trechos das entrevistas.

De acordo com o Entrevistado 2 “Foi construído através de muita luta de diversos órgãos da sociedade ligada aos direitos da criança e do adolescente.” Já o Entrevistado 11 demonstra um grau de conhecimento da trajetória para efetivação dos direitos das crianças e adolescentes:

Antes da Constituição Federal, as crianças e os adolescentes eram vistos como um ‘problema’, estava associada a pobreza, ou seja, sem direitos, sendo tratadas como adultos. Após o Estatuto da Criança e do Adolescente, fruto da luta da sociedade civil também, os mesmos passam a ser vistos como portadores de direitos, porém ainda precisa avançar (**Entrevista 11**).

Segundo o Entrevistado 22 “A Constituição Federal de 1988, que garantiu vários direitos aos cidadãos, inclusive as crianças, mas o ECA que reforçou, organizou os direitos das crianças e dos adolescentes.” O Entrevistado 29 também sinaliza para o papel significativo do ECA: “No Brasil, como nos demais países as

crianças há algum tempo atrás não tinham seus direitos assegurados, o ECA veio para mudar essa realidade e garantir o cumprimento dos direitos.”

Os demais depoimentos se assemelham, falando sobre o ECA, sobre o direito das crianças e dos adolescentes a lazer, educação, saúde, proteção e moradia. O Entrevistado 9 ainda coloca na sua fala que os cuidados dos mesmos não deve ser apenas da família, mas também do Estado que precisa assistir as suas necessidades. Tais respostas apontam para um grau de conhecimento da construção do ECA em sua trajetória de luta histórica no contexto da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Ainda falando sobre a temática criança e adolescentes e a afirmação de seus direitos, foram obtidas diversas respostas, todas seguindo uma mesma linha de pensamento, em que os entrevistados concordam sobre ser de extrema importância que esse assunto seja mais falado, debatido, e posto em prática.

Todos tem o seu direito e até mesmo a criança, independente das condições sociais, devem estudar. **(Entrevista 14)**

A criança e o adolescente não podem trabalhar, isso é exploração infantil, devem está na escola estudando. **(Entrevista 12)**

Acho válida, pois a afirmação de direitos protege a criança e o adolescente de abusos trabalhistas e garante aos mesmos uma vida adequada a sua idade. **(Entrevista 24)**

Acredito que é de extrema importância, pois antigamente as crianças e adolescentes eram tratadas como adultos e exploradas, então é necessária a afirmação de direitos. **(Entrevista 25)**

Apesar da existência do Estatuto das Crianças e Adolescentes, que prever direitos, é necessárias que as normas sejam realmente efetivadas, pois para se ter proteção é preciso que várias questões como, fome, violência, analfabetismo, dentre outros pontos sejam superados. **(Entrevista 11)**

Para que tal concretização aconteça o Entrevistado 22 sugere: “Penso que é preciso se observar, fiscalizar e garantir a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes.” Pois como apresenta o Entrevistado 29 “Infelizmente na teoria é muito bom, contudo na prática os direitos ainda são negados em sua maioria”.

Os demais entrevistados tiveram pensamentos similares, pois todos trazem em sua fala sobre a teoria e a prática estarem distantes uma da outra, precisando, portanto ser fiscalizadas para que de fato sejam efetivadas e deste modo assegurar

uma qualidade de vida melhor para esse público, apresentando uma proteção social, sendo auxiliados em todas as suas necessidades, seja no âmbito da família, Estado e/ou sociedade civil.

O Entrevistado 2 fala “Mesmo sendo clichê, as crianças são o futuro, serão adultos, o futuro desse país, então é preciso que a gente cuide e proteja-as”. E o Entrevistado 3 completa “Deveriam de verdade serem protegidos por leis que visam melhorar a conduta social dos mesmo”.

Sobre a opinião dos entrevistados, a respeito das legislações que regem a proteção a criança e o adolescente, e se elas se efetivam, tivemos uma porcentagem de 23% que desconhece as legislações e/ou não souberam falar sobre, abstendo-se assim de responder o questionamento, e 77% que possuem algum tipo de conhecimento sobre a questão. É interessante ressaltar aqui algumas opiniões:

Essas legislações infelizmente não saem muito do papel, o que está faltando é das entidades governamentais, coloquem essa pauta em suas agendas. **(Entrevista 11)**

As legislações precisam garantir que as leis sejam cumpridas, em relação a proteção e os direitos das crianças e dos adolescentes. **(Entrevista 22)**

Creio que existe uma falha ainda no que se refere a efetivação dessas legislações em alguns lugares, que por falta de investimento na educação, saúde, segurança e bem-estar das crianças e dos adolescentes, ficam desprovidas de direitos. **(Entrevista 20)**

Infelizmente existe um vácuo muito grande entre a letra que rege o estatuto e a realidade efetiva. Obviamente os pensadores que as criaram usaram de boa intenção, porém os órgãos responsáveis por sua execução não colaboram. **(Entrevista 21)**

As legislações vieram com o objetivo de garantir o direito das crianças e dos adolescentes; e isso é ótimo. Em alguns casos são efetivas em outros não. Quando penso na integralidade do indivíduo vejo que eles não possuem todos os direitos que precisam para uma boa sobrevivência. **(Entrevista 41)**

Na teoria tudo é muito bonito. No estatuto da criança e do adolescente no capítulo V, artigo 60 diz que é proibido que menores de 14 anos trabalhassem, porém na prática muitas famílias precisam dessa verba para o sustento do lar. A maioria pode ser efetiva, mas não todas. **(Entrevista 43)**

A maioria pautou bastante sobre a lacuna entre teoria, o texto escrito, e a prática, as iniciativas efetivas para que a lei seja posta em prática. Tal percepção é

fundamental para o entendimento dos impasses e limites para o desenvolvimento de políticas públicas no Brasil, que foi historicamente construído através de leis que “não saiam do papel”. A ideia de impasse entre teoria e prática na fala dos entrevistados, não compõe apenas a opinião de parte da comunidade entrevistada, que representa uma parcela da sociedade, mas também os estudiosos que se debruçam sobre as legislações e políticas públicas pontuam tal impasse e distanciamento.

Marcadas pela ambiguidade que caracterizam programas e projetos de intervenção estatal que são postos em pauta a partir de diferentes demandas e interesses que estão em disputa e em algumas ocasiões se coadunam – interesses do Estado, demandas internacionais, questões postas pela sociedade e pelos diferentes grupos sociais que a compõe – o ECA e as políticas públicas para a crianças e adolescentes se constituem hoje um dos cerne da atuação governativa no âmbito social. Dessa forma a atuação do Estado busca encontrar um equilíbrio formal entre os diferentes interesses na formulação de políticas públicas na tentativa de manter um modelo hegemônico de sociedade (SANTOS, 2012).

No entanto na prática tal equilíbrio não é encontrado, sendo perceptível para a sociedade, como podemos observar nas declarações dos entrevistados ao se referirem às legislações que regem a proteção à criança e adolescente.

Assim como caracteriza o professor do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Unicamp Geraldo Di Giovanni em entrevista, as legislações e políticas públicas não podem apenas ser entendidas como intervenção do Estado, mas em igual medida devem ser pensadas a partir da relação complexa entre o Estado e a sociedade (DI GIOVANNI, 2013). Sendo assim,

As políticas públicas se constituem mais amplamente ao refletirem o conjunto de embates ocorridos no interior de uma dada sociedade. Desta forma, as políticas públicas trarão sua marca histórica, político-ideológica, refletindo as representações sociais, o universo cultural e simbólico, os sistemas de significação daquela realidade social (STAUFFER, 2003, p. 1-2).

Refletido então sobre essa complexidade presente na formulação e desenvolvimento das políticas públicas que visem o desenvolvimento legislativo é importante salientar que estas não devem apenas ser analisadas em seu âmbito geral e discursivo, mas, sobretudo na relação que estabelecem com os contextos

específicos e com a sociedade de forma mais ampla.

Sendo assim, o caráter dialético e relacional que forma as políticas públicas deve ser incorporado nas análises, levando em conta os contextos singulares e as especificidades presentes no cenário social. Como define Stephen J. Ball existe cinco contextos que constroem as políticas públicas são eles o contexto de *influência*, o da *produção do texto*, o da *prática*, o dos resultados e o contexto da estratégia política. Para compreender a formulação e delineamento de uma determinada política pública é preciso então articular a análise desses contextos em especial os três primeiros destacados.

O presente texto compreende um esforço de analisar o contexto específico de construção institucional que se pauta no que poderia ser uma política de desenvolvimento, mas não no âmbito público, por se tratar de um órgão de iniciativa de uma entidade religiosa.

Tais políticas, sejam elas públicas, privadas e/ou filantrópicas, podem ser “avaliadas” no nível do discurso, analisando as propostas para o seu desenvolvimento, as vantagens que podem ser promovidas, o aspecto institucional imbricado em seu aparelhamento, bem como podem ser analisadas em seu contexto sócio histórico e na sua aplicabilidade o que pode ampliar e enriquecer ainda mais a nossa compressão. Tentamos em certa medida perpassa esses âmbitos de análise no presente estudo.

Seguindo uma linha sobre o papel da Família, do Estado e da Sociedade Civil, foi questionado aos entrevistados a sua opinião sobre o papel dessa trílice para a concretização do ECA. Selecionamos algumas respostas:

Todos tem a função de direcionar a criança e o adolescente para um caminho melhor, principalmente a família, pois ela tem o dever de direcionar o caminho em que ela tem que está inserida. **(Entrevista 30)**

É necessário que o Estado e a Família juntamente com a sociedade civil cobre a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente, pois as propostas do ECA são cruciais, porém precisam serem concretizadas. **(Entrevista 41)**

Garantir e assegurar a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, liberdade de convivência familiar. **(Entrevista 02)**

São os papéis fundamentais, pois a família é a base onde a criança aprende parte da sua jornada, a sociedade julga e molda a vida desse jovem, o Estado rege as leis nas quais o jovem deve seguir e se proteger. **(Entrevista 24)**

A família e a sociedade civil deve exigir do Estado o cumprimento do ECA. **(Entrevista 29)**

É imprescindível esse tripé onde todos têm suas responsabilidades, visando garantir direitos, mas para isso é preciso que todos entendam qual o seu papel na concretização do ECA. Hoje o que vemos, é a cobrança muito grande da família, e o Estado e a sociedade acabam ficando de lado, e a família sendo culpabilizada, quando algum direito é violado. **(Entrevista 11)**

Como é possível observar na fala dos entrevistados acima, existe um conhecimento adequadamente pautado na relação que se estabelece entre Família, Estado e Sociedade Civil, sendo que cada um deve cumprir o seu papel. O discurso relativamente unificado sinaliza para o significado que a sociedade dá, principalmente no nível discursivo, à preponderância da família, como destaca o entrevistado 30 que diz que a família cumpre o “papel principal” nessa trílice, e o entrevistado 24 que apresenta a família como “base”. Sendo que cada um desses tem papéis diferenciados nesse cumprimento e todos são cruciais para o cumprimento do ECA.

Quando questionados sobre as políticas públicas do município, e se o trabalho em rede poderia ser eficaz no atendimento as crianças e aos adolescentes, apenas 31% deles souberam responder. A seguir trazemos alguns dos posicionamentos expostos nas entrevistas:

Primeiramente os técnicos dos equipamentos envolvidos com a temática, entendam o que é trabalho em rede, após isso realizar capacitações, fazendo essas coisas as equipes, sejam elas no CRAS, CREAS, CAPS, Conselho Tutelar, estarão mais aptos para atender as demandas que venham surgir. Ressalto também a necessidade de projetos e a oferta de serviços que busquem trabalhar com as crianças e adolescentes mais de perto, pois o que se ver é a intervenção desses órgãos quando já se foi violado o direito. **(Entrevista 11)**

Precisamos pensar que esse é um processo em longo prazo, não basta uma ação integrada, mas uma visão integrada, onde cada um exerça seu papel de forma linear. **(Entrevista 21)**

Trazendo mais atividades de esportes, culturas, lazer e também cursos que assegurem esses adolescentes e crianças em situação de risco e vulnerabilidade. **(Entrevista 02)**

Capacitar e integrar os profissionais da área, tornando-os competentes e responsáveis. Isso se torna possível quando o poder executivo do município investir nesses assuntos. **(Entrevista 18)**

Dando mais assistência as escolas e principalmente a comunidade, desenvolvendo mais projetos sociais. **(Entrevista 12)**

As políticas públicas através dos seus gestores, poderiam concretizar projetos para atender as crianças e adolescentes visando educação, saúde e lazer garantidos pelo ECA. **(Entrevista 41)**

Essa necessidade de trabalho em rede é encerrada positivamente no discurso dos entrevistados que souberam responder em relação a questão. Os que responderam trouxeram sugestões práticas e também teóricas para essa efetivação, demonstrando um grau de percepção do funcionamento de equipamentos que visam a melhoria e efetivação da proteção social. Como destacamos no primeiro capítulo do presente texto, há um discurso legislativo que destaca a necessidade de integração dos equipamentos como CRAS, CREAS e Conselho tutelar, cada um dos quais tem o papel na promoção da proteção social (básica e de média complexidade) o que também destaca o entrevistado 11.

Encerrando o ciclo de perguntas sobre a legislação que protegem as crianças e os adolescentes, partimos para o ciclo de perguntas específicas voltadas ao Clube de Desbravadores. Como já foi destacado anteriormente, esse ciclo de perguntas específicas foram diferentes para os dois públicos em questão. Sendo que analisaremos primeiro as respostas das pessoas da comunidade na qual existe algum Clube de Desbravadores ativo e que não tenha nenhum vínculo direto com o mesmo. Como também já foi citado, esse público totalizou uma quantidade de 19 entrevistas. Essa etapa foi desenvolvida a partir 05 perguntas.

O primeiro questionamento feito, conforme a opinião de cada um, como o Clube de Desbravadores tem atuado na proteção das crianças e dos adolescentes, no que diz respeito a cuidados e proteção individual. No quadro abaixo será possível vermos algumas respostas sobre a questão.

Há algumas décadas, desde que o primeiro Clube de Desbravadores foi implantado em Capoeiruçu, notou-se uma diferença muito grande na comunidade e na vida das crianças. A rotina chamava atenção dos moradores, as ações sociais estavam sempre em dias e à medida que as pessoas observavam o interesse em ingressar no clube aumentava. A fundação do

primeiro clube de desbravadores em Capoeiruçu foi o incentivo que a comunidade precisava, para sair da comodidade. **(Entrevista 32)**

Quando o Clube dispõe de Conselheiros que ouvem e acompanham o crescimento de cada Desbravador, ganhando a sua confiança para contar com seus problemas e dificuldades por eles enfrentados. **(Entrevista 33)**

De forma crucial. O Clube trouxe uma oportunidade para crianças e adolescentes em que viviam com más influências à adquirir conhecimento, educação e a desenvolver atividades em que podem ajudá-las a definir o que querem para suas vidas quando adultos. **(Entrevista 36)**

O Clube é um excelente meio para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, o Clube possibilita o desenvolvimento da autonomia. **(Entrevista 41)**

Sim, com certeza. A criação de diversos projetos sociais, fazendo com que a comunidade se sinta acolhida, assim como também as crianças possam se sentir especiais. **(Entrevista 43)**

Não há nenhuma garantia disso. **(Entrevista 45)**

Através da exposição dos entrevistados compreendemos que a maioria partilha de uma positiva em relação ao papel do Clube de Desbravadores na proteção e cuidado de crianças e adolescentes. Há, no entanto, uma resposta divergente do entrevistado 45, o qual destaca que “não há nenhuma garantia” de que o Clube contribua para tal, achamos por bem expor essa resposta, porque mostra que mesmo que o Clube seja visto positivamente nas comunidades, nem todos partilham da mesma opinião, já que as visões e opiniões podem ser diversas e até mesmo divergentes, nisto repousa a pluralidade humana.

O Clube de Desbravadores é reconhecido por desempenhar diversas atividades, as quais são administradas de acordo com a idade de cada criança e adolescente que faz parte do Clube. Cada atividade é pensada para o desenvolvimento dos mesmos. Nessa perspectiva foi questionado “quais atividades o Clube desempenha para promover o resgate dessas crianças e adolescentes”. Foram registradas algumas, que estão pautadas logo abaixo.

- Acampamentos/Camporis
- Ação social, onde presta serviços para comunidade carente
- Ajuda comunitária
- Arrecadação de alimentos para doações

- Atividades em meio a natureza
- Atividades físicas
- Atividades recreativas
- Caminhadas
- Classe bíblica
- Encontros sociais
- Ensino de instrumentos (banda/fanfarrá)
- Ensino de ordem unidade (desenvolve a disciplina)
- Gincanas
- Mutirão de limpeza de ruas e/ou praças
- Palestras direcionadas aos pais e/ou responsáveis
- Palestras sobre álcool e outras drogas
- Palestras sobre cuidado de saúde
- Palestras sobre higiene pessoal
- Palestras sobre sexualidade
- Reforços escolares
- Retiros
- Reuniões regulares aos sábados e domingos
- Trabalhos sociais
- Visitas a Abrigos, Asilos e Orfanatos

De acordo com os entrevistados o Clube desenvolve um trabalho com princípios, e esses princípios podem ser classificados por alguns deles como “Ótimos”, “Excelentes”, “valorosos” “nota 10”, entre outros termos que podemos observar em algumas falas abaixo:

São ótimos, e todas as famílias que tiverem a oportunidade de colocar seus filhos em um Clube de Desbravadores deveriam aproveitar a oportunidade. **(Entrevista 31)**

São excelentes, é um caminho que já ajudou e continua ajudando muitos jovens a mudar completamente seu estilo de vida. **(Entrevista 33)**

São princípios valorosos, se bem aproveitados é rico em diversos fatores. **(Entrevista 34)**

Dou nota 10 nas coisas trabalhadas no Clube. **(Entrevista 35)**

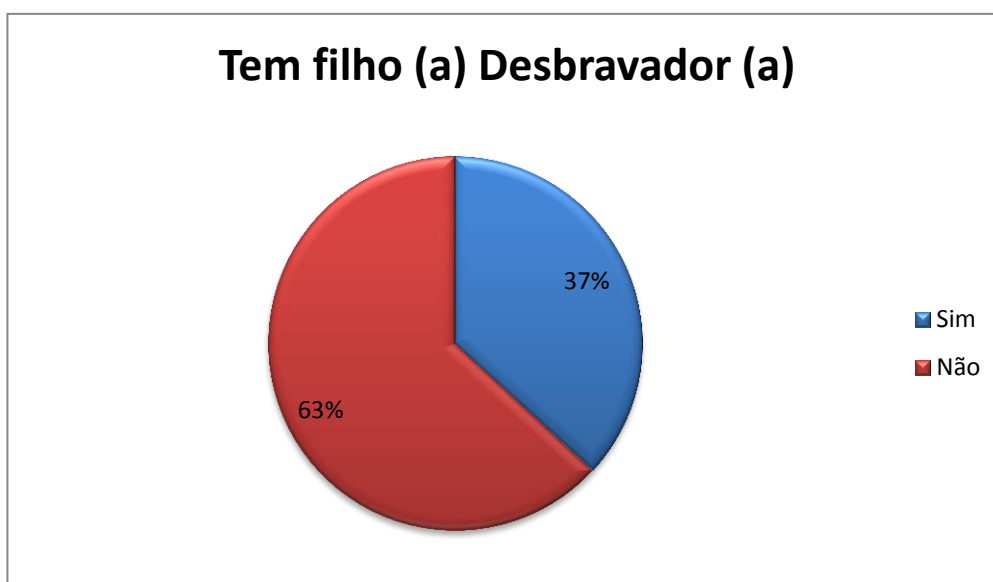
Muito importante, porque além de terem o acompanhamento dentro do Clube, eles precisam também estar frequentando e com bom rendimento na escola. **(Entrevista 37)**

Ótimo, maravilhoso. Se preocupam com o desenvolvimento e bem estar das crianças e de suas famílias. **(Entrevista 39)**

Os princípios do Clube são excelentes, pois influência as áreas mental, física e espiritual dos envolvidos, serve também como agente reintegrador no seio familiar e na sociedade. **(Entrevista 41)**

Desses entrevistados parte tem um(a) filho(a) inscrito(a) em um determinado Clube. E isso diz muito sobre a forma como estes respondem as questões, haja vista que 63% dos entrevistados estão ligados ao Clube, através da participação dos seus filhos. Assim, os significados construídos em seus discursos devem ser entendidos a partir desse lugar que ocupam, enquanto pais de crianças e adolescentes desbravadores. No gráfico abaixo será possível saber a porcentagem de quantos entrevistados tem filho Desbravador.

Gráfico 3: Percentual dos entrevistados que tem algum filho inscrito em algum Clube



Fonte: A autora, 2018.

Em seguida a pergunta foi voltada apenas para esse público de pais, os quais de forma breve descreveram as mudanças que seus filhos tiveram (ou não tiveram).

A maneira como ele tratava as pessoas, de forma grosseira, depois de um tempo frequentando o Clube, foi possível ver a diferença, ele se tornou um garoto mais dedicado, mais responsável, começou a se preocupar mais com a escola, passou a ser mais amável, começou a dividir as coisas comigo, o Clube foi muito bom para a vida de meu filho. **(Entrevista 30)**

Tenho dois filhos que fazem parte do Clube, e acredite o comportamento deles mudou muito depois que entraram no Clube, meus filhos se tornaram exemplos na sala de aula, antes eu tinha até um pouco de vergonha de ir nas reuniões de pais na escola deles, mas hoje, me orgulho, porque os professores elogiam muito como eles estão se comportando, tenho muito que agradecer ao Clube. **(Entrevista 32)**

Minha filha era um pouco rebelde, e tudo piorou quando o pai dela e eu nos separamos, mas através de um convite de uma amiguinha dela para ela ir nesse Clube, ela não quis mais faltar, e depois de algumas reuniões a mudança começou aparecer, as amigas de minha filha agora são outras, até me chamam de tia. **(Entrevista 36)**

Minha filha passou a ser mais desinibida, mais responsável, mais dedicada, atenciosa, começou ter mais amor pela natureza, desenvolveu ótimas amizades. **(Entrevista 39)**

Nada. **(Entrevista 45)**

O que podemos destacar na fala desses pais é que a maioria consegue identificar mudanças comportamentais significativas por meio da participação dos seus filhos no Clube o que pode ser justificado pelas amizades e também pelas atividades desenvolvidas que visam aprimoramento físico, emocional e espiritual. Encerrando o bloco de entrevistas com esse público, as demais foram voltadas para pessoas que tenham ou já tiveram vínculo direto (foram membros ativo) com algum Clube de Desbravadores em algum momento de sua vida.

A entrevista foi iniciada questionando sobre como conheceram o Clube de Desbravadores.

Gráfico 4: Percentual de como conheceram o Clube de Desbravadores.

Fonte: A autora, 2018.

Através do gráfico é possível observar que um grupo maior de entrevistados conheceu o Clube através da igreja. Sendo a organização religiosa a mantenedora do Clube, por meio do que discorremos ao traçarmos um breve histórico do Clube, observamos a estreita ligação entre a evangelização e a tentativa de cooptação de novos membros da igreja através do clube, e vice e versa, o que incorre em um dos papéis que a própria denominação propaga que é levar o “evangelho a todos”. O que podemos observar por meio das entrevistas é que possivelmente o clube seria prioritariamente um meio de evangelização e crescimento numérico da congregação, sendo que para isso são agregados uma série de atividades que promovem a proteção social.

Tal constatação no entanto não deixa de ser coerente com os propósitos de uma instituição religiosa, e com a visão de mundo que eles partilham e os significados que constroem em torno da vida e da sociedade. A visão religiosa pode ser vista como mais uma forma que constrói significância na vida dos indivíduos, especialmente os que fazem parte do Clube de Desbravadores.

Após a Igreja outras formas de conhecimento do Clube foram: através dos amigos, o que destaca a importância de redes de amizade para o crescimento e manutenção do Clube de Desbravadores e por meio das ações realizadas, as quais buscam atrair mais membros e também trazer benefícios às comunidades.

Gráfico 5: Percentual de quanto tempo fez/faz parte Clube de Desbravadores



Fonte: A autora, 2018.

Como vemos no Gráfico 5, uma parcela significativa dos entrevistados passou bastante tempo no clube de desbravadores, sendo que a porcentagem maior 34% esteve no Clube por mais de 6 anos, seguido daqueles que estiveram entre 11 a 15 anos, junto com os que estiveram de 1 a 5 anos no clube. Como geralmente o Clube agrega crianças, adolescentes e jovens, parte dos entrevistados construiu as bases da sua vida adulta no Clube, e muito provavelmente tiveram as suas escolhas influenciadas por essa participação, como é possível notar nas respostas da questão sobre a importância das atividades realizadas pelo Clube para a vida no geral. Em que um dos entrevistados destaca a relevância do clube para a sua vida acadêmica.

Através do Clube pude obter regras mais rígidas que nortearam minha caminhada, além do mesmo contribuir de forma significativa para minha formação acadêmica. **(Entrevista 08)**

Foram discorridas respostas similares, logo podemos descrever mais algumas que enfatizam aprendizados para o desenvolvimento “físico, mental e espiritual”:

Para minha vida em geral, no meio social e na liderança seja onde eu estiver, me tornei uma pessoa mais comunicativa e participativa. **(Entrevista 04)**

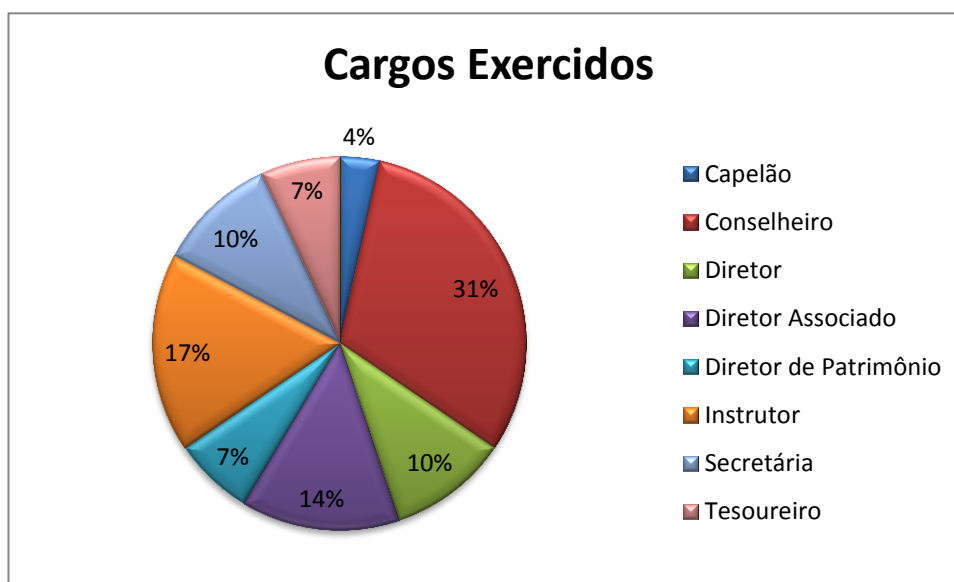
Foi um divisor de águas, o Clube me preparou para vida.
(Entrevista 11)

Por meio do Clube aprendi a desenvolver o amor ao meu próximo, ser mais altruísta, de forma geral o Clube é um ministério fundamental para minha vida, me ajudando a fazer o bem para o próximo. (Entrevista 12)

Sim. Várias atividades são desenvolvidas no clube de Desbravadores, focando o físico, o mental e o espiritual. Tratando do aspecto físico, envolve a prática de atividades físicas e são diversas, por exemplo: caminhadas, trilhas na selva, ciclismo, natação entre outras. Trazendo pro lado mental, existe a incentivo de estudar e desenvolver as classes e especialidades e também as disciplinas escolares. Já no âmbito espiritual, o maior foco do clube, o objetivo central é levar a criança a ter uma experiência diária com Deus e fazendo lembrar que ele é criação de Deus e do Seu cuidado para com cada filho seu. (Entrevista 22)

As atividades desenvolvidas no clube são geridas por uma liderança que tem a participação dos adolescentes acima de 16 anos, parte dos entrevistados exerceu cargos no Clube de Desbravadores, a seguir apresentamos a porcentagem em gráfico dos cargos exercidos.

Gráfico 6: Percentual dos Cargos ocupados



Fonte: A autora, 2018.

A maioria dos que exerceram alguma função foram conselheiros (31%). Segundo o site Universo do Desbravador, o **conselheiro** é responsável por gerir uma unidade de desbravadores que contém entre 6 a 8 meninos ou meninas, sua função é orientá-los e passar-lhes valores e princípios, estando em harmonia com

os demais oficiais e também com as famílias. Em seguida a maior porcentagem foi de **instrutores** (17%), os quais tem o papel de ensinar as especialidades específicas ou disciplinas como Bíblia, crescimento pessoal, trabalhos ao ar livre, especialidades e outros manuais.

Após temos aqueles que exerceram a função de **diretores associados** (14%), esses oficiais são designados pelo diretor para assumir a presidência das reuniões na sua ausência, ou mesmo ser o presidente das reuniões docentes a pedido do diretor, trabalham lado a lado com o diretor. Já como **diretores** 10% exerceram a função, compete ao diretor gerir todo o clube e trabalhar para o desenvolvimento das atividades junto com a liderança. Também 10% tiveram cargo na secretaria, a **secretária** ou secretário que trabalha junto ao diretor é responsável por conservar todos os relatórios, além dos que são guardados pelo tesoureiro.

Como **diretor de patrimônio** 7% dos entrevistados tiveram esse cargo, estes devem cuidar de todos os itens patrimoniais que pertencem ao Clube. Outros 7% ocuparam cargo na tesouraria, o **tesoureiro** tem a responsabilidade de gerir as despesas do Clube e os fundos em reservas. Por fim, 4% assumiram a função de **capelão**, o qual é responsável pelo âmbito espiritual do Clube liderando e providenciando oportunidades para o desenvolvimento espiritual, cooperação e dedicação entre os desbravadores e docentes.

A propósito do questionamento sobre se a participação no Clube incentiva ou não a preocupar-se com a comunidade, 97% responderam que sim, contra 3% que afirmaram que não. Através das respostas dos entrevistados emerge a ideia de engajamento do Clube de Desbravadores. A preocupação com a comunidade vem se aflorando a partir do ato de cuidar, na perspectiva do bem estar de todos, tal preocupação faz com que sejam desenvolvidas boas práticas para a melhoria da comunidade, e quando isso é executado não se dá apenas no nível religioso, mas também no aspecto social. O que colabora para que haja cidadãos mais ativos e comprometidos com a sociedade. Segundo os entrevistados o Clube deve estar disposto a servir a comunidade. “De forma geral a quem servimos quando a sociedade observa o quão diferente somos, e isso nos incentiva a sempre nos preocuparmos com o próximo” (**Entrevista 17**).

Assim também os direitos e deveres das crianças e dos adolescentes precisam ser motivados, e conforme os entrevistados o Clube ajuda a visibilizar

isso. “A preocupação ocorre porque criamos um afeto pelo Desbravador, dessa forma preocupamos com as influências que rodeiam ele” **(Entrevista 24)**. Dentro de um Clube é trabalhado as relações sociais e com a natureza, bem como projetos educativos em parceria com as autoridades civis, refletindo um desenvolvimento em relação à comunidade.

Puxando esse gancho em relação a comunidade foi questionado sobre qual é o impacto do Clube na comunidade de cada um. Foram obtidos relatos sobre a questão, entre eles escolhemos alguns para registrarmos abaixo:

Muitas crianças, adolescentes e jovens da comunidade têm a vida mudada com a ajuda do Clube. A melhora na vida familiar e estudantil é real, e o incentivo oferecido ajuda a formar cidadãos melhores. **(Entrevista 01)**

Possui um impacto positivo, já que após o envolvimento com o Clube, acabam ficando longe de situações de risco. Além de trabalhar com as habilidades dos mesmo, tendo um apoio com as ações sociais que o Clube desempenha assim também como Feiras de Saúde. **(Entrevista 07)**

O Clube tem grande impacto na comunidade, visto pelo tempo de existência na localidade e também pelo trabalho desenvolvido, não só religioso, mas também no desenvolvimento social, civil. A comunidade ganhou muito com essa Instituição. **(Entrevista 11)**

A missão do Clube não é apenas participar de reuniões semanais, mas cuidar daqueles pela qual Jesus deu a vida. Os Desbravadores servem a comunidade, e isso sim marca a vida das pessoas, serve a comunidade de diversas maneiras, calamidades, desastres, a famílias necessitadas. **(Entrevista 17)**

Muito positivo, uma vez que as atividades realizadas contribuem e refletem em um bem estar social. As crianças começam ter um outro estilo de vida, um estilo mais reflexivo sobre sua vida, o Clube protege-os. **(Entrevista 18)**

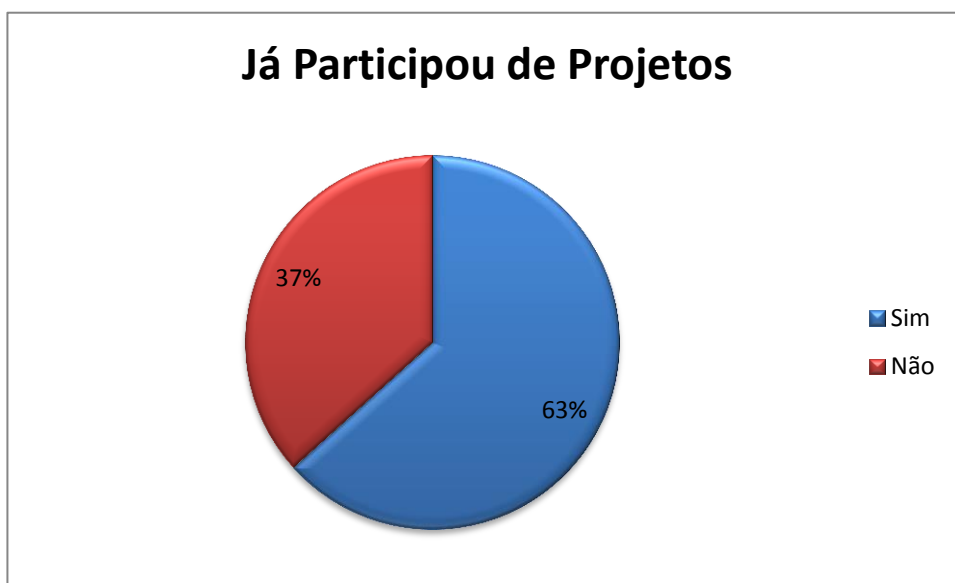
O Clube teve uma influência muito positiva na comunidade, pois tiram crianças do vandalismo e criminalidade, cuida delas até mesmo dentro de seus lares, dando conselhos aos pais e ensinando as crianças e cuidarem do local em que vivem. **(Entrevista 24)**.

As respostas coletadas expressam o significado que o clube tem para a comunidade na visão dos entrevistados os quais destacam o seu papel social que pode ser associado a proteção dessas crianças e adolescentes, já que como

destacou o entrevistado 7, o envolvimento com o clube os afasta das “situações de risco”.

Para um mapeamento de outras iniciativas foi perguntado a eles se já haviam participado de algum projeto com crianças e adolescentes, além do Clube de Desbravadores, 63% (Gráfico abaixo - 7) deles, relataram sobre suas vivências em outros projetos, como ONGs, Projetos com músicas, com trabalhos voluntários no CRAS, Escolinha de futebol, Projetos de Natal, Todo Adolescente Precisa Saber (TAPS), Pastoral da Criança, Oficinas de Reciclagem, Escolinha de Teatro e Informática para Crianças.

Gráfico 7: Percentual dos Entrevistados que já fizeram parte de algum projeto com CA



Fonte: A autora, 2018.

Em relação ao julgamento que eles fazem sobre a importância das atividades praticadas pelo Clube a resposta foi unânime, pois todos afirmaram que sim, que é muito importante, “pois os próprios pais reconhecem a diferença dos filhos ao entrar no Clube. A melhora é significativa e o Clube oferece o que as vezes não se tem na comunidade.” **(Entrevista 01)**

As atividades praticadas no Clube tem como princípio educacional religioso, mas não é só isso. Nas reuniões são realizadas

atividades educacionais, com planejamento anuais parecidos com os anos letivos das escolas, estudo em áreas e campus diferenciado na: saúde, administração, campestres, silvestres, biológicos, mundo animal, reino floral e afins. **(Entrevista 03)**

Através dessas atividades os adolescentes amadurecem e aprendem como colocar em prática os ensinamentos, sejam espirituais, de higiene, de caráter e de sobrevivência. Visando o preparo psicológico da criança, o clube incentiva o desenvolvimento e cultivo de boas condutas, influenciando os positivamente para não se envolverem com as drogas e outras condutas prejudiciais. Como expõem os entrevistados a seguir:

Sim, pois levam os adolescentes a tomada de decisões mais assertivas na vida, além de oferecer princípios. Como se fosse um meio de instrução e condução da juventude, desenvolvendo os ensinamentos sobre a moralidade, ética, respeito e a união. **(Entrevista 17)**

Claro que sim, pois as atividades são todas planejadas e postas em prática com o objetivo de desenvolver as habilidades de cada adolescente, tornando-as capazes de exercer várias funções e ser bons cidadãos. **(Entrevista 19 e 20)**

Sim, são extremamente importantes, pois auxiliam os jovens que estão inseridos no Clube em diversos aspectos, são realizadas atividades sociais que os incentivam a auxiliar a comunidade na qual estão inseridos, atividades físicas que auxiliam na manutenção do bem estar dos mesmos, além de desenvolver diversas atividades voltadas a artesanatos e diversas outras atividades que aguçam seus sentidos e despertam interesses. **(Entrevista 29)**

Quando perguntados se lembravam de alguém que através do Clube teve alguma mudança de vida, muitos deles falaram sobre amigos, algum membro da família, ou até mesmo sobre a própria vida que teve uma modificação.

Conheço um amigo que tinha péssima relação com os pais, apesar de ser adolescente, já tinha contato com drogas e bebidas, e após ingressar nos trabalhos do Clube, houve melhora na vida espiritual e conseqüentemente nas demais áreas da vida. **(Entrevista 01)**

Sim, eu próprio, pois eu não tinha perspectiva alguma, hoje sou diretor de uma escola, líder de Igreja devido as instruções do Clube de Desbravadores. **(Entrevista 09)**

Conheço, um jovem de minha rua teve uma mudança muito significativa, pois o Clube conseguiu retirar o adolescente de um "mundo perdido" do alcoolismo e hoje este tem um outro estilo de vida, e tornou-se acadêmico de enfermagem. **(Entrevista 10)**

A minha família. Somos três irmãos, minha mãe sempre se preocupou com a nossa criação, sempre pensando em nosso futuro ainda crianças nos inscreveu no Clube, e foi aí que tudo começou. Nesse período em que participamos fomos aprendendo a ser cidadãos de bem e o principal fazer a diferença em nossa comunidade. Fomos crescendo, participando das atividades do Clube, e aprendendo diversas coisas relevantes para nossas vidas. Hoje apesar das dificuldades que enfrentamos, conseguimos ingressar no ensino superior público e hoje me tornei Assistente Social, minha irmã Bióloga e meu irmão Enfermeiro. Sou imensamente grata ao Clube de Desbravadores e a sua fundadora, a senhora Joselita Rodrigues. O Clube desenvolve um papel essencial na comunidade transformando a vida de crianças e adolescentes e das suas famílias. **(Entrevista 11)**

Conheci um rapaz que vivia no mundo das drogas, e o Clube incentivou ele mudar de vida. **(Entrevista 14)**

*Maria*⁸, é uma menina que foi abandonada pela mãe e pelo pai, e criada pela avó, ela tem vários problemas comportamentais, devido a sua história, e devido ao seu envolvimento nas atividades do Clube, já melhorou bastante seu comportamento, segundo os avós. **(Entrevista 19)**

Sim, conheci um garoto que era muito bagunceiro e inquieto na escola, não sabia a ler, não frequentava a escola regularmente, inclusive em casa não tinha respeito pelos pais. Porém hoje é um homem muito responsável e respeitado pela comunidade. **(Entrevista 21)**

Sim, um amigo que com 10 anos já furtava coisas dos outros, já usava pequenas quantidades de drogas, após o Clube teve uma mudança muito grande, hoje é conselheiro e lidera crianças para que tenham uma infância diferente da dele. **(Entrevista 23)**

Consigo sim. Eu mesma, hoje sou fisioterapeuta e comecei meu interesse na área de saúde através do Clube. Meus amigos: uns engenheiros, médicos, veterinários, administradores, professores. Essas pessoas citadas, eram de classe baixa, sem condições financeiras para estudos. Em uma época com recursos limitados, época em que todos tinham que ir a biblioteca, não tinham computadores, outros que viviam abaixo do nível de pobreza, na linha da violência e da miséria, serem pessoas letradas, e formadores de opiniões, com uma vida estável. **(Entrevista 25)**

Sim, uma menina que tinha comportamentos agressivo e era “rebelde” tanto em casa quanto na escola, no Clube passou a ter acompanhamento com um psicóloga que tinha em nosso Clube, e aprendeu a se controlar, melhorou o comportamento e a ser mais sociável. **(Entrevista 29)**

⁸ Nome fictício, para proteger a identidade da Criança.

Nos relatos que destacamos vemos de forma resumida histórias de vida que tiveram sua formação e desenvolvimento perpassados pela influência do Clube de desbravadores, muitos tiveram a possibilidade de construir e reconstruir suas vidas e terem novas perspectivas através da participação no Clube. Nesse sentido as experiências e vivências que emergem das entrevistas trazem uma riqueza de significados que são permeados pela preponderância que o clube de desbravadores ocupou na vida desses sujeitos. O ponto de partida de cada fala e discurso é perpassado pelo lugar e pela realidade social, que cada indivíduo está inserido, o contexto que os cercam, e os significados tomados pela própria experiência que quase em sua totalidade se apresenta na fala desses desbravadores como positiva.

O Clube deveria ser mais reconhecido pelo setor público social do nosso país, devido a seu trabalho focado no social e no resgate e ensino de crianças carentes, desenvolvendo possibilidade de igualdade e inserção social. No ambiente do clube todos realizam as mesmas atividades de forma igualitária, e convivem juntos e são tratados como um só corpo.

O clube além do que já foi citado acima, faz um trabalho de ação nas comunidades através de: feiras de saúde, distribuição de cestas básicas, apoio aos usuários de substâncias psicoativas e apoio as famílias. É uma instituição de impacto global e totalmente filantrópica. É possível haver maior influência e amplitude do serviço prestado a comunidade se houvesse apoio de um órgão do Estado, e se as prefeituras escolhessem apoiar o Clube no seu âmbito local. Poderiam ter uma maior impacto se houvesse apoio de vereadores e prefeituras ao Clube de forma ativa, dando suporte na saúde, projetos diversos do Clube, reconhecendo como base sólida de apoio a criança, com perspectivas catastróficas, com intuito de mudar esse presente em um futuro promissor para o país.

Para finalizar conversamos um pouco mais sobre a vida no Clube, o que achavam, e o que o Clube representa na vida de cada um hoje, e foram relatados vários sentimentos:

Representa muitas das atividades que mais amo fazer e grande parte dos conhecimentos que acrescentam na minha vida hoje em dia são o incentivo que tenho para ter uma vida melhor. **(Entrevista 01)**

Representa uma oportunidade ímpar de crescimento em todas as áreas da vida, além de me incentivar aos estudos, ter mais conhecimento em diversas áreas. **(Entrevista 02)**

O Clube representa uma instituição de resgate, de solidariedade, de amor para com o próximo, algo raro na nossa sociedade. **(Entrevista 04)**

O Clube continua sendo uma base de crescimento em todos os sentidos. Graças ao Clube, hoje vejo crianças e adolescentes transformadas. Muito do que sou hoje, é graças a oportunidade que tive de participar do Clube por muitos anos. Logo, o Clube continua sendo uma base para a formação de caráter, aumento da intimidade com Deus. Quando converso com Deus. Quando converso com meus pais, sempre digo o quão importante é ter filhos matriculados no Clube, a melhora vem em todos os aspectos. Comprometimento, aprendizagem e amizades boas. **(Entrevista 05)**

Amor e companheirismo. O Clube tem uma grande importância na minha vida, tenho orgulho de dizer que fiz parte desse ministério, onde aprendi muitas coisas, compartilhar conhecimento e viver as melhores aventuras da minha vida. **(Entrevista 06)**

Uma escola, sem dúvida. Um lugar sem paredes, constituído de pessoas. Um lar, uma grande família sob os mesmos ideias. **(Entrevista 18)**

Representa uma família, minha vida, meu estilo, amo trabalhar com crianças, então o Clube foi uma grande oportunidade para que eu pudesse fazer isso. Onde eu for, em qualquer lugar que eu estiver irei lembrar-me de tudo que aprendi no Clube, eu simplesmente amo fazer parte dessa família mundial do lenço amarelo. **(Entrevista 24)**

Como foi possível observar, parte significativa dos entrevistados considera o Clube de Desbravadores como um meio positivo que possibilita a mudança social dos adolescentes, muitos dos quais podem através da inserção no mesmo mudar as suas realidades e até padrões sociais, como referenciado por alguns dos entrevistados. Sendo o Clube um meio de inserção social ele cumpre um papel que poderia também ser viabilizado pelas políticas públicas de inclusão social e apoio aos jovens e adolescentes em situações de vulnerabilidade, que deveriam efetivar de forma mais eficaz o cumprimento e aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou abordar um breve histórico sobre a construção do direito da criança e do adolescente no Brasil, além disso, também permitiu entendimento que antes das legislações a criança e o adolescente eram vítimas, tratados com negligência, abandonados e invisíveis aos olhos das autoridades e da sociedade. De modo que podemos dividir esse percurso histórico em dois períodos, depois de 1930 que foi um momento inicial das políticas sociais, e o período pós CF de 1998, que trouxe um novo olhar para a Proteção Social.

Todo esse percurso histórico permitiu que as crianças e os adolescentes passassem a gozar de direitos, foi um trajetória difícil que precisou de muitas lutas para a concretização das mudanças. No Brasil foram criadas algumas legislações que regeram a proteção das crianças e dos adolescentes antes do ECA, entre eles encontra-se o Código Mello de Mattos de 1927, o SAM, a FUNABEM e o Novo Código de Menores de 1979.

Partindo do pressuposto de analisar os impactos sociais que recaem sobre o Estado e a Sociedade Civil, apresentamos nesse trabalho uma iniciativa bem sucedida por meio de uma entidade religiosa que visa a efetivação de cuidado, socialização e proteção social das crianças e adolescentes, o Clube de Desbravadores.

O Clube de Desbravadores representa uma válvula de escape da violência, do mundo das drogas, influenciando também na melhoria de notas escolares e ajudando as crianças e os adolescentes a decidirem seu futuro profissional. O Clube representa na experiência e significação de boa parte dos entrevistados uma instituição de resgate, de solidariedade, de amor para com o próximo, valores que estão se tornando cada dia mais raro em nossa sociedade.

Por meio das entrevistas foi possível observar pessoas que falavam com amor, construindo em torno do Clube um espaço de acolhimento e inserção social, enfatizando o como uma instituição na qual crianças e adolescentes tem a oportunidade de aprender algo novo, de melhorar seu comportamento, sendo também este um lugar de comprometido com diversas atividades comunitárias e que visam o desenvolvimento físico e auxiliam no crescimento pessoal dos indivíduos.

É importante ressaltar que o Clube é regido também pelo ECA, assim busca defender e proteger o bem estar da criança e do adolescente. Dessa maneira o artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente tem a ver com a vida dos desbravadores e influencia o trabalho do Clube. A direção do Clube tem a consciência de que as crianças que estão sob seus cuidados precisam ser assistidas e procuram ser responsáveis com a sua educação, formação social, desenvolvimento intelectual e proteção.

Emergem das entrevistas ricos relatos que pontuam histórias de vida que foram marcadas decisivamente pelo Clube de Desbravadores. Mais do que destacar os pontos positivos é preciso refletir no papel dessa instituição e no papel mais amplo de outras instituições que não podem se eximir da sua função.

Conforme pontuam os autores citados no primeiro capítulo é um retrocesso histórico colocar a responsabilidade da proteção social de crianças e adolescentes tão somente em organizações sem fins lucrativos, como alternativa a fim de tirar a responsabilidade do Estado. O fato de existirem iniciativas privadas, filantrópicas e de entidades religiosas não deve isentar o Estado de cumprir o seu papel como promotor de políticas públicas que visem a proteção e desenvolvimento da criança e do adolescente. É preciso que Estado e Sociedade civil, entidades religiosas, famílias etc., de forma equilibrada, cumpram o seu papel para o desenvolvimento e proteção social das crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Odalissa Cristina de. **De delinquente, irregular e infrator à cidadão de direitos**: trajetória legal dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2017.

ALVAREZ, S. E., DAGNINO, E. ESCOBAR, A. **Cultures of Politics, Politics of Cultures: Re-visioning Latin American Social Movements**, Boulder: Westview Press, 1998.

AMORIM, Jaqueline; COELHO, Solange. **Promoção de Proteção Básica a Crianças e Adolescentes em Assistência Social**. Disponível em <<http://www.pergamum.univale.br/pergamum/tcc/Promocaodeprotecaobasicaacriancaseadolescentesemassistenciasocial.pdf>> Acessado em 18/09/2017.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1978.

AVRITZER, L. **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

BAIARDI, Amilcar. **Sociedade e Estado no apoio à Ciência e à Tecnologia**: uma análise histórica. São Paulo. Hucitec, 1996.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Brasília, 1998.

_____. **LOAS**: Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília, 1993.

CARRION, Rosinha Machado. Organizações privadas sem fins lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor. *Tempo soc.*, São Paulo, v.12, n.2, p. 237-555, nov. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702000000200015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 fev. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702000000200015>.

CARVALHO, Denise, Gomide. **Mulheres na Coordenação de Organizações do Terceiro Setor no Município de São Paulo (1990 – 2000)**: Construção de sujeitos coletivos e de propostas socioeducativas. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Estadual de Campinas, 2002.

CÓDIGO CIVIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Novo Código Civil Brasileiro. Legislação Federal. [sítio eletrônico internet - planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

CONCEITO.DE. **Conceito de Sociedade Civil**. Disponível em <<https://conceito.de/sociedade-civil>>. Acessado em: 20/09/2017.

CUNHA José Ricardo. A nova política de atendimento no Estatuto da criança e do adolescente. In: DINIS, Andréia; CUNHA, José Ricardo (orgs). **Visualizando a**

política de atendimento à criança e ao adolescente. Rio de Janeiro: Litteris Ed: KroArt. Fundação Bento Rubião, 1998.

CRUZ, Héber Monteiro da. **Discipulado de juvenis e educação missionária em Clubes de Desbravadores.** Parauapebas, PA: 2015.

DAGNINO, E. **Cultura, cidadania e democracia:** mudança de discursos e práticas da esquerda latino-americana. Em: ALVAREZ, S; DAGNINO, E; ESCOBAR, A. (org.). Culturas da política / política das culturas. Reviver os movimentos sociais latino-americanos. Boulder: Westview Press, 1998.

DI GIOVANNI, Geraldo. **Entrevista concedida ao Jornal 27.** Jornal 27, RJ. Disponível em: <http://www.crprj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/jornal27-geraldodigiovanni.pdf>.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia:** um debate necessário São Paulo: Cortez, 2007.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GOVERNO DA BAHIA. **Coletânea de Leis da Criança e do Adolescente em Conflito com a Lei:** ECA (Lei 8.069/1990); SINASE (Lei 12.594/2012).

LIMA, Beatriz de Oliveira; JUNIOR, Celson Roberto Sant'ana; COSTA, Wesley Medeiros. **Um estudo sobre o processo de formalização de Organizações Religiosas no Brasil.** Palmital. São Paulo, 2016.

Ministério de Desbravadores e Aventureiros. **Manual Administrativo do Clube de Desbravadores.** Divisão Sul-Americana. Editora: Sobre Tudo, 2013.

MDS – **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.** 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br> Acessado em: 12 de setembro de 2017

_____. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004.** Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, 2009.

MONELLO. Sergio Roberto. **Organizações Religiosas e Filantrópicas.** Disponível em <http://www.unicap.br/home/wp-content/uploads/2015/03/ORGANIZA%C3%87%C3%95ES-RELIGIOSAS-E-FILANTR%C3%93PICAS-Definitivo.pdf>. Acessado em: 12 de setembro de 2017.

MONTAÑO, Carlos, DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2011, v.5.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso & Leitura.** São Paulo: Cortez; Campinas, Editora da Universidade de Campinas, 2001.

OLIVEIRA, Camila Nunes de. **A Rede de Proteção a Crianças e Adolescentes:** finalidades e possibilidades. VII Jornada Internacional Políticas Públicas. Cidade Universitária da UFMA. São Luiz/Maranhão. 2015.

OLIVEIRA, Josiane Toledo. **O Código de Menores Mello Mattos de 1927: A concepção de menor e de educação no período de 1927 a 1979.** Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 2014.

OXHORN, P. **Organizing Civil Society: the Popular Sectors and the Struggle for Democracy in Chile.** University Park: Pennsylvania State University Press, 1995.

PAGANINI, Juliana. **A Criança e o adolescente no Brasil: uma história de tragédia e sofrimento.** Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 12, no 752. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=2195>> Acesso em: 17 nov. 2017.

RIZZINI, Irene. **O “Novo Código de Menores” de 1979 – Do “Menor em Situação Irregular”.** In: PILOTTI, Francisco, RIZZINI, Irene. A arte de governar crianças. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995, p. 157 -159.

RIZZINI, Irene **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente / Irene Rizzini, Irma Rizzini.** – Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio; São Paulo : Loyola, 2004.

SANTOS, Magda. **A abordagem das políticas públicas educacionais para além da relação Estado e Sociedade.** In: Seminário de Pesquisa da Região Sul, Porto Alegre, 2012.

SANTOS, Luis Miguel Luzio dos; OLIVEIRA, Bernardo Carlos Spaulonci Chiachia Matos de; ROCHA, Jean Carlos Mendes da. O perfil do terceiro setor na cidade de Londrina: mapeando as organizações do terceiro setor. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande , v. 14, n. 1, p. 37-51, jun. 2013 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151870122013000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 fev. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1518-70122013000100004>.

SCARONE, Elsa Rosalia. **Crianças e adolescentes em situação de rua: uma realidade social.** Disponível em <http://www.etecpalmital.com.br/_biblioteca/_tcc/_adm/_2016/_arquivos/OrganizacoesReligiosas.pdf> Acessado em: 20/09/2017.

STAUFFER, Anakeila B. **Políticas Públicas e Educação Superior: Uma Breve Discussão.** In: Seminário Internacional de Educação - Teorias e Políticas, 2003, São Paulo. Anais do Seminário Internacional de Educação - Teorias e Políticas, 2003.

TELLES, Tiago Santos; SUGUIHIRO, Vera Lucia Tieko; BARROS, Mari Nilza Ferrari de. **Os direitos de Crianças e Adolescentes na perspectiva orçamentária.** São Paulo: Serviço Social e Sociedade, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VERONESE, Josiani Rose Petry. **Os direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: LTr, 1999.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convido (a) o (a) Sr. (a) para participar da pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como tema **PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES A PARTIR DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL DE CARÁTER RELIGIOSO: um estudo de caso do Clube de Desbravadores**, sob a responsabilidade da graduanda **Luane Brandão**, RA 2012.20618, sendo orientada pelo professor Antônio Eduardo e co-orientada pela professora Tainara Souza. A pesquisa pretende analisar as contribuições do Clube de Desbravadores na proteção social de crianças e adolescentes. Informo que todos os dados obtidos na pesquisa serão analisados e logo depois descartados.

Eu, _____
, declaro que estou ciente da minha participação na pesquisa citada acima, que trata de uma atividade voluntária e que a participação não envolve remuneração. Tenho total liberdade de não responder a determinadas questões, tirar dúvidas durante o processo de entrevista, excluir do material da pesquisa informações que tenha sido dada ou desistir da minha participação em qualquer momento da pesquisa, exceto após publicação dos resultados.

Após ter lido e discutido com a pesquisadora os termos contidos neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordo em participar da pesquisa. A minha participação é formalizada por meio da assinatura desde Termo em duas vias, sendo uma retida por mim e a outra pela pesquisadora.

_____, ____/____/____

Assinatura do (a) Participante

Assinatura da Pesquisadora

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES A PARTIR DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL DE CARÁTER RELIGIOSO: um estudo de caso do Clube de Desbravadores

ATENÇÃO

A veracidade das respostas e a devolução deste questionário são necessárias e indispensáveis para sua participação na pesquisa. Todos os dados obtidos deste questionário serão confidenciais!

DADOS PESSOAIS - COMUNIDADE

Nome (opcional): _____

Sexo: masculino feminino **Idade:** _____

Cor/Etnia: Branco(a) Pardo(a) Negro(a) Indígena Outro

Religião: Católico Protestante/Adventista Protestante/Outra
 Espírita Candomblecista Ateu Sem Religião

Estado Civil: Solteiro(a) Casado(a) Separado(a) Viúvo(a) Outro

Nível de Escolaridade: _____

Onde Reside: _____

SOBRE A LEGISLAÇÃO

1. Você conhece a trajetória da construção dos direitos da criança e adolescente no Brasil? Sim Não.

1.2 Se sim, fale um pouco sobre isso.

2. O que você pensa sobre a temática criança e adolescente e afirmação de direitos?

3. Qual a sua opinião sobre as legislações que regem a proteção à criança e adolescente, elas se efetivam?

4. O ECA tem 26 anos de existência, e em sua opinião ele é eficaz ou precisa ser revisado?

5. Na sua opinião, qual o papel do Estado, da Família e da sociedade para a concretização do ECA?

6. Como as políticas públicas do município, poderiam trabalhar em rede para atender de maneira eficaz as crianças e os adolescentes?

SOBRE O CLUBE DE DESBRAVADORES

7. Para você, como o Clube de Desbravadores tem atuado na proteção das crianças e dos adolescentes, no que diz respeito a cuidados e proteção individual?

8. Quais as atividades o Clube desempenha para promover o resgate das crianças e dos adolescentes?

9. Como você classifica os princípios desenvolvidos e trabalhados pelo Clube de Desbravadores?

10. Tem algum filho (a) que faz parte do Clube de Desbravador?

Sim Não

11. Quando seu filho começou a participar do clube o que percebeu de mudanças em relação ao seu comportamento de forma geral?

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES A PARTIR DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL DE CARÁTER RELIGIOSO: um estudo de caso do Clube de Desbravadores

ATENÇÃO

A veracidade das respostas e a devolução deste questionário são necessárias e indispensáveis para sua participação na pesquisa. Todos os dados obtidos deste questionário serão confidenciais!

DADOS PESSOAIS – VINCULADOS A ALGUM CLUBE

Nome (opcional): _____

Sexo: masculino feminino **Idade:** _____

Cor/Etnia: Branco(a) Pardo(a) Negro (a) Indígena Outro

Religião: Católico Protestante/Adventista Protestante/Outra
 Espírita Candomblecista Ateu Sem Religião

Estado Civil: Solteiro(a) Casado(a) Separado(a) Viúvo(a) Outro

Nível de Escolaridade: _____

Onde Reside: _____

SOBRE A LEGISLAÇÃO

1. Você conhece a trajetória da construção dos direitos da criança e adolescente no Brasil? Sim Não

1.2 Se sim, fale um pouco sobre isso.

2. O que você pensa sobre a temática criança e adolescente e afirmação de direitos?

3. Qual a sua opinião sobre as legislações que regem a proteção à criança e adolescente, elas se efetivam?

4. O ECA tem 26 anos de existência, e em sua opinião ele é eficaz ou precisa ser revisado?

5. Na sua opinião, qual o papel do Estado, da Família e da sociedade para a concretização do ECA?

6. Como as políticas públicas do município, poderiam trabalhar em rede para atender de maneira eficaz as crianças e os adolescentes?

SOBRE O CLUBE DE DESBRAVADORES

7. Quando e como conheceu o clube de desbravadores?

8. Quantos anos faz parte do Clube?

9. Qual seu cargo no Clube?

10. Qual a importância das atividades realizadas pelo clube para o sua vida de uma forma geral?

11. Participar do Clube de Desbravadores te incentiva a se preocupar com a sua comunidade? [] Sim [] Não

11.2 Se sim, fale um pouco sobre isso.

12. Qual o impacto do clube de desbravadores na sua comunidade?

13. O que o Clube representa para você hoje?

14. Você participa ou participou de projetos com crianças e adolescente, além do Clube de Desbravador? [] Sim [] Não.

14.2 Se sim, quais?

15. Como é a comunicação com a direção do clube?

16. Você julga importante as atividades praticadas pelo clube? Por que?

17. Conseguir lembrar-se de alguém que através do clube teve alguma mudança de vida? Poderia falar um pouco sobre isso?

ANEXO

Clube dos Desbravadores: ação educativa que serve de exemplo no mundo todo Os bons exemplos devem ser vistos e servir de modelo por todos.

Deputado Ronaldo Nogueira:

No dia 11 de julho protocolei junto à Câmara dos Deputados o PL 4197/2012 que reconhece as atividades do Clube dos Desbravadores como método complementar de educação no País.

O Clube de Desbravadores são grupos de jovens que trabalham pela comunidade e são orientados a desenvolver o amor a Deus e à Pátria. Este trabalho tem grande relevância social. A disciplina, a criatividade e o cuidado com a natureza também são valorizados no clube e reconhecer seu mérito como ação educacional complementar significa dar a esta valorosa iniciativa o merecido destaque consolidando uma importante via de formação dos jovens para a cidadania no País.

O Clube dos Desbravadores está presente em mais de 160 países, com mais de dois milhões de participantes. Jovens de qualquer fé religiosa podem participar desse movimento, que tem como principal alvo a divulgação da mensagem do advento a todo o mundo e o objetivo de salvar do pecado e guiar a todos à serviço do Senhor.

Estou convencido de que será dado o devido reconhecimento e importância a esta ação e é por isso que estou dando total apoio para sua aprovação.



Ação do Clube dos Desbravadores poderá ser reconhecida como educativa
BRÁSÍLIA (Agência Câmara) – Tramita na Câmara o Projeto de Lei 4197/12, do deputado Ronaldo Nogueira (PTB-RS), que reconhece as atividades do Clube dos

Desbravadores como método complementar de educação, podendo receber auxílio do Poder Público para seu exercício.

O autor salienta que o Clube de Desbravadores, ligado à Igreja Adventista do 7º Dia, está presente em mais de 160 países e conta com mais de dois milhões de participantes.

Segundo o parlamentar, os desbravadores podem prestar socorro em calamidades e até participar ativamente de campanhas comunitárias para ajudar pessoas carentes. “Reconhecer seu mérito como ação educacional complementar significa dar-lhe o merecido destaque e consolidar uma importante via de formação dos jovens para a cidadania no País”, afirma.

Fonte: O REPÓRTER, janeiro 14, 2013.